



Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

Thaís Soares Oliveira

**A EXPORTAÇÃO DE DEMOCRACIA E A QUALIDADE DO NOVO REGIME:
um estudo de caso do Iraque**

Brasília
2014

Universidade de Brasília
Instituto de Relações Internacionais

Thaís Soares Oliveira

**A EXPORTAÇÃO DE DEMOCRACIA E A QUALIDADE DO NOVO REGIME:
um estudo de caso do Iraque**

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Maria Helena de Castro Santos

Brasília
2014

Thaís Soares Oliveira

A Exportação de Democracia e a qualidade do novo regime: um estudo de caso do Iraque

Monografia apresentada à Banca Examinadora do Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como exigência final à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em: ___/___/___

Banca examinadora:

Profa. Dra. Maria Helena de Castro Santos
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília
(Orientadora)

Prof. Me. Ulysses Tavares Teixeira
Instituto de Relações Internacionais
Universidade de Brasília

Prof. Dr. Virgílio Caixeta Arraes
Departamento de História
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pelo Dom da Vida e por me agraciar com as melhores oportunidades de crescimento que eu poderia imaginar.

Aos meus amados pais, com afeto, pelo amor e apoio incondicionais. A confiança e o incentivo de vocês são imprescindíveis em minha vida. Obrigada por sempre batalharem pelo meu sucesso. Vocês são o meu alicerce.

À minha querida madrinha, meu maior exemplo de ternura e dedicação ao estudo. Sou grata por todos os ensinamentos e por estar sempre presente em meu cotidiano.

Ao Gabriel Queiroz pelo companheirismo, amor e incentivos constantes.

Aos meus amigos pelo carinho e sorrisos de cada dia. O apoio de todos vocês foi muito importante durante a elaboração desta monografia. Agradeço especialmente àqueles que me presentearam com sugestões e comentários sobre este trabalho.

Finalmente, agradeço à Professora Maria Helena pelo direcionamento, atenção e exigência durante toda a orientação.

Había tenido que promover 32 guerras, y violar todos sus pactos con la muerte y revolcarse como un cerdo en el muladar de la gloria, para descubrir con casi cuarenta años de retraso los privilegios de la simplicidad.

— Gabriel García Márquez, *Cem Anos de Solidão*.

RESUMO

O presente trabalho discute a imposição de democracia no Iraque por meio da literatura dos *Foreign-Imposed Regime Change* – FIRC. Esse é um conceito recente dentro dos estudos sobre democratização que busca evidenciar as variáveis que explicam o sucesso e o fracasso de imposições de democracia por outros países. O estudo apresenta uma revisão de literatura sobre democratização e FIRC, conceitos fundamentais em que o trabalho se baseia. Em seguida, discute contexto pós-11 de setembro e a política externa dos Estados Unidos no que concerne à exportação de democracia. Por último, analisa o caso de FIRC no Iraque, focando na reconstrução institucional e insurgência interna. Conclui-se que fatores domésticos do Iraque, como a fragmentação étnico-religiosa, decadência econômica e falta de experiência prévia com a democracia influíram no fracasso do FIRC no país. A importância dessas variáveis conseguiu sobrepor questões como a presença ativa dos Estados Unidos após a derrubada do regime de Saddam Hussein e a alta quantidade de recursos investidos pelo governo norte-americano na operação.

Palavras-chave: Democracia; exportação de democracia; FIRC; Iraque; Oriente Médio; política externa norte-americana; Guerra ao Terror; Doutrina Bush.

ABSTRACT

This work discusses the imposition of democracy in Iraq through the literature of Foreign-Imposed Regime Change – FIRC. This is a recent literature within the studies on democratization that seeks to highlight the variables that explain the success and failure of impositions of democracy by other countries. This study presents a review of the democratization and FIRC literatures. Then it discusses the post-9/11 American foreign policy regarding the democracy promotion. Finally, it analyzes the case of Iraq, focusing on institutional reconstruction and internal insurgency after the American military invasion. The conclusion is that domestic factors of Iraq, such as ethnic-religious fragmentation, economic decline and lack of prior experience with democracy influenced the failure of democratic transition in the country. The importance of these variables managed to overcome other variables such as the active presence of the United States after the overthrow of Saddam Hussein and the high amount of resources invested by the American government in the operation.

Key-words: Democracy; democracy promotion; Foreign-Imposed Regime Change (FIRC); Iraq; Middle East; American foreign policy; War on Terror; Bush Doctrine.

SUMÁRIO

Introdução	1
Capítulo 1 - Democracia, exportação de democracia e a literatura dos <i>Foreign-Imposed Regime Change</i> (FIRC's).....	4
1.1 Os estudos sobre Democracia	4
1.2 Democratização: variáveis externas e a exportação de democracia	7
1.3 <i>Foreign-Imposed Regime Change</i> : uma literatura atual	10
Capítulo 2 - Política externa norte-americana e exportação de democracia	17
2.1 O sistema internacional pós-Guerra Fria	17
2.2 Formação da política externa: ideias e doutrinas	19
2.3 Princípios gerais da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria.....	21
2.4 A política externa dos governos Clinton e Bush antes do 11 de setembro	23
2.5 A Doutrina Bush: fundamentos e ações.....	27
2.6 A adaptação da política externa de Barack Obama	35
Capítulo 3 - A imposição de democracia no Iraque	39
3.1 Breve histórico e situação do país antes de 2003.....	39
3.2 A invasão e primeiras ações (2003 - 2004).....	43
3.2.1 Operação Liberdade do Iraque	44
3.2.2 A reação interna e a insurgência iraquiana.....	45
3.3 As eleições de 2005.....	48
3.4 A escalada da violência sectária e a nova estratégia norte-americana.....	49
3.5 A retirada das tropas	51
3.6 Situação atual (2011 - 2014).....	53
3.7 Conclusões preliminares	55
Conclusão	61
Referências Bibliográficas	63

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Gráfico 1 - Liberalização, Inclusividade e Democratização.....	6
Gráfico 2 - Tendências autoritárias no Iraque (1946-2013).....	56
Gráfico 3 - Crescimento Econômico do Iraque (1989-2013).....	59
Gráfico 4 - PIB per capita do Iraque (2000 – 2010).....	59

LISTA DE ANEXOS

Anexo 1 – Distribuição Global de Regimes Políticos (1972-2012).....	77
Anexo 2 – Mapa Político do Iraque.....	78

LISTA DE SIGLAS

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AGNU	Assembleia Geral das Nações Unidas
AIEA	Agência Internacional de Energia Atômica
AUI	Aliança Unida Iraquiana
CPA	Coalition Provisional Authority
CSNU	Conselho de Segurança das Nações Unidas
DIH	Direito Internacional Humanitário
EIIL	Estado Islâmico do Iraque e do Levante
EUA	Estados Unidos da América
FIRC	Foreign-Imposed Regime Change
IGC	Iraqi Governing Council
INF	Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty
ISG	CIA's Iraq Survey Group
OEA	Organização dos Estados Americanos
ONGs	Organizações Não Governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
ORHA	Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
START-I	Strategic Arms Reduction Treaty
UNAMI	Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque
UNMOVIC	Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

Introdução

O número de regimes democráticos no mundo nunca foi tão alto como na Terceira Onda de democratização, iniciada em 1974 com a Revolução dos Cravos em Portugal (HUNTINGTON, 1991). Møller e Skaaning (2013) relembram que somente 49 dos 158 Estados do mundo eram democracias em 1978 – compreendiam uma média de 30%. Em 2013, 118 dos 193 Estados reconhecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) são democracias – 61% (FREEDOM HOUSE, 2014)¹. Entre os vários tipos de transição democrática, estão inseridas as tentativas de democratização impostas pelo uso da força num país-alvo por outro Estado².

Os Estados Unidos possuem um papel preponderante na imposição de regimes democráticos, destacado nas tentativas após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Em resposta a esses acontecimentos, foi delineada a Doutrina Bush, que inclui a exportação de democracia como ferramenta da Guerra ao Terror. De acordo com os princípios da política externa norte-americana, a democracia é um valor universal e um mundo democrático traz segurança e prosperidade, sendo papel dos norte-americanos levar a democracia para outros povos (CASTRO SANTOS, 2010). A partir de então, o governo Bush mirou a exportação de democracia para os *rogue states*, países que ameaçam a paz mundial principalmente por meio do apoio ao terrorismo.

No entanto, observa-se a pouca atenção direcionada à qualidade da democracia que é imposta pelo uso da força. Estudos quantitativos demonstram que o objetivo da democratização é raramente alcançado, já que a maioria dos países adquire somente manifestações simbólicas de democracia, sem a liberdade e a representatividade de um sistema democrático liberal (BUENO DE MESQUITA; DOWNS, 2006). Surge, então, o questionamento de até que ponto vale a pena investir recursos e vidas humanas em intervenções que são fadadas ao fracasso.

¹ Ver figura “Distribuição Global de Regimes Políticos – 1972-2012” no Anexo 1.

² De acordo com Enterline e Greig (2008), existiram 43 casos de imposição de democracia por um Estado estrangeiro entre 1800 e 1994. Vale ressaltar que 92,5% deles ocorreram no século XX, principalmente após a Primeira Guerra Mundial.

Para responder a essa pergunta, surgiu na literatura de democratização o conceito de *Democratic Foreign-Imposed Regime Change – Democratic FIRC*³. A literatura dos FIRC abarca trabalhos quantitativos que avaliam o sucesso ou insucesso de imposições externas de democracia e identificam variáveis responsáveis pelos poucos casos de sucesso, tais como a importância de uma homogeneidade étnico-religiosa no país alvo, uma presença ativa do interventor para a rápida construção de instituições democráticas (ENTERLINE; GREIG, 2008) e prosperidade econômica do país alvo (DOWNES; MONTEN, 2013). Fica faltando, contudo, testar os resultados destas pesquisas por meio de estudos de caso, que propiciam análises minuciosas e qualitativas.

Este estudo se insere nessa abordagem. Ao se utilizar a literatura dos FIRC como referencial básico, analisar-se-á mais profundamente o caso do Iraque (2003 - 2011), exemplo de fracasso da política de exportação de democracia pelos Estados Unidos. Esse caso foi escolhido porque corresponde a uma típica imposição de mudança de regime nos tempos atuais. Assim, o intuito de democratizar o Iraque esteve sempre presente no discurso de Bush no pós-11 de setembro, que planejava devolver a soberania para o povo iraquiano logo após o estabelecimento desta. Além disso, esse exemplo é uma aplicação prática da Doutrina Bush: diferentemente do Afeganistão, a invasão ao Iraque não foi justificada como uma busca aos terroristas responsáveis pelos atentados de 11 de setembro. O caso iraquiano já está inserido na concepção da Guerra Global ao Terrorismo, que só seria ganha, em última instância, quando os Estados-alvo se tornarem democráticos. O Iraque é a principal tentativa de exportação de democracia no período.

A hipótese deste estudo é a de que o sucesso de um FIRC democrático está diretamente relacionado à estratégia de exportação de democracia, que pode incluir a presença ativa do país interveniente numa rápida reconstrução institucional e esforços investidos na operação, como recursos e comprometimento. Pode abranger também fatores domésticos do país-alvo, tais como prosperidade econômica, unidade étnico-religiosa e experiência prévia com democracia.

Este trabalho utiliza o estudo de caso como desenho de pesquisa. Optou-se pela escolha desse procedimento metodológico porque ele é uma ferramenta capaz de explicar relações causais complexas e ao mesmo tempo descrever um acontecimento

³ Neste trabalho, a expressão “FIRC” é utilizada e definida em termos de FIRC democrático.

contemporâneo dentro do seu próprio contexto (YIN, 2003). Além disso, o estudo de caso possibilita avaliar políticas e testar hipóteses teóricas de um fenômeno genuinamente político, desenvolvendo explicações mais verossímeis (JOHNSON; REYNOLDS, 2008). Essas possibilidades se inserem perfeitamente no propósito do trabalho aqui apresentado: analisar o caso de imposição de democracia no Iraque por meio da literatura dos FIRC's.

A análise é qualitativa e utiliza fontes documentais, como livros, artigos, depoimentos e discursos de autoridades envolvidas no assunto, relatórios de organizações internacionais e outros documentos.

Assim, este trabalho se propõe a analisar o caso de imposição de democracia no Iraque à luz da literatura dos FIRC's. O primeiro capítulo apresenta uma revisão dos estudos de democracia e da literatura de *Foreign-Imposed Regime Change*. No segundo capítulo, há um estudo sobre a conjuntura global pós-Guerra Fria que propiciou os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001 e sobre a política externa norte-americana no que concerne à exportação de democracia. No terceiro capítulo, o FIRC democrático no Iraque será analisado levando-se em consideração as variáveis elucidadas no primeiro capítulo.

Capítulo 1 - Democracia, exportação de democracia e a literatura dos *Foreign-Imposed Regime Change (FIRC's)*

Esta seção pretende apresentar uma revisão de literatura sobre democracia, exportação de democracia e da literatura chamada de Foreign-Imposed Regime Change (FIRC). Os conceitos que serão trabalhados aqui irão servir como lente teórica para o estudo de caso da imposição de democracia no Iraque, que será desenvolvido no terceiro capítulo deste trabalho.

1.1 Os estudos sobre Democracia

A Doutrina Clássica da Democracia busca defender a ideia de que é possível determinar o bem comum dentro de uma sociedade, já que os indivíduos são racionais e possuem anseios iguais uns aos outros. As decisões seriam, assim, tomadas por figuras eleitas, de modo que a democracia seria um arranjo institucional para eleger tais representantes, que implementariam o bem comum determinado pelos indivíduos (SCHUMPETER, 1943).

Joseph Schumpeter (1943) é o principal autor a contestar tal doutrina, afirmando que o bem comum único é algo inverossímil, já que muda de grupo para grupo e até de indivíduo para indivíduo dentro da sociedade⁴. Não há, assim, uma vontade geral, que também é um dos pré-requisitos para que haja uma teoria clássica da democracia.

Para o autor, os representantes possuem papel maior do que somente serem delegados pelo povo, já que são eles que vão decidir quais decisões serão tomadas – e os eleitores irão votar naquele cujas preferências de política são mais semelhante ao que eles consideram adequado. Logo, não existe um bem-comum sobre o qual todos os indivíduos concordam, mas um aglomerado de vontades individuais. Dessa maneira, cabe ao representante tentar condensar todas essas vontades em um único objetivo, por mais que saiba que o máximo que conseguirá é atender apenas partes da população (SCHUMPETER, 1943).

⁴ O autor também afirma que os indivíduos não podem ser tidos como racionais, como defendido pela Doutrina Clássica do século XVIII. Pelo contrário, a irracionalidade dos grupos, principalmente em momentos de crise, acaba dando mais espaço para que os representantes ajam de acordo com os seus próprios interesses – e isso aumenta exponencialmente o seu poder de ação dentro de um contexto democrático.

O autor sugere a democracia como um meio e não uma finalidade. Sendo assim, a mesma corresponde a um arranjo institucional para a tomada de decisão por indivíduos que adquirem tal capacidade por meio da disputa de votos, sendo mais um processo democrático⁵. É imprescindível que tais eleições sejam livres e competitivas para que possam ser enquadradas dentro do que é defendido pela visão schumpeteriana (SCHUMPETER, 1943).

Robert Dahl (1996), por sua vez, contribui com esses debates com uma visão mais pautada nos processos democráticos e nas condições de suficiência para que eles sejam reais. O autor chama a atenção para a importância da igualdade política entre cidadãos e fundamenta a democracia no respeito dos governantes à vontade dos cidadãos, que devem ser vistos como iguais perante uns aos outros. Assim, os cidadãos devem ter o direito de formular, expressar e terem suas preferências reconhecidas na esfera governamental.

Para isso, é preciso que oito condições sejam garantidas:

- i. Liberdade de organização;
- ii. Liberdade de expressão;
- iii. Direito ao voto;
- iv. Elegibilidade para cargos públicos;
- v. Direito dos líderes políticos de competir pelo apoio e pelos votos da população;
- vi. Fontes alternativas de informação;
- vii. Eleições livres e justas, além de mecanismos institucionais que regulem as políticas governamentais
- viii. Políticas governamentais seriam, então, dependentes dos votos e outras manifestações de preferência (DAHL, 1996).

Duas esferas interpretativas de tais condições são sugeridas pelo próprio autor: contestação pública (liberalização) e inclusão da sociedade na política (participação). A combinação do grau de cada uma dessas esferas interpretativas gera os seus quatro tipos possíveis de regimes: hegemonia fechada (sem direito de oposição e de participação), oligarquia competitiva (direito de oposição para grupos restritos), hegemonia inclusiva

⁵ Essa ideia é traduzida no conceito de democracia procedimental (SCHUMPETER, 1943).

(quando há participação sem contestação) e poliarquia (oposição e participação amplas) (DAHL, 1996). O gráfico abaixo retrata bem a ideia do autor:

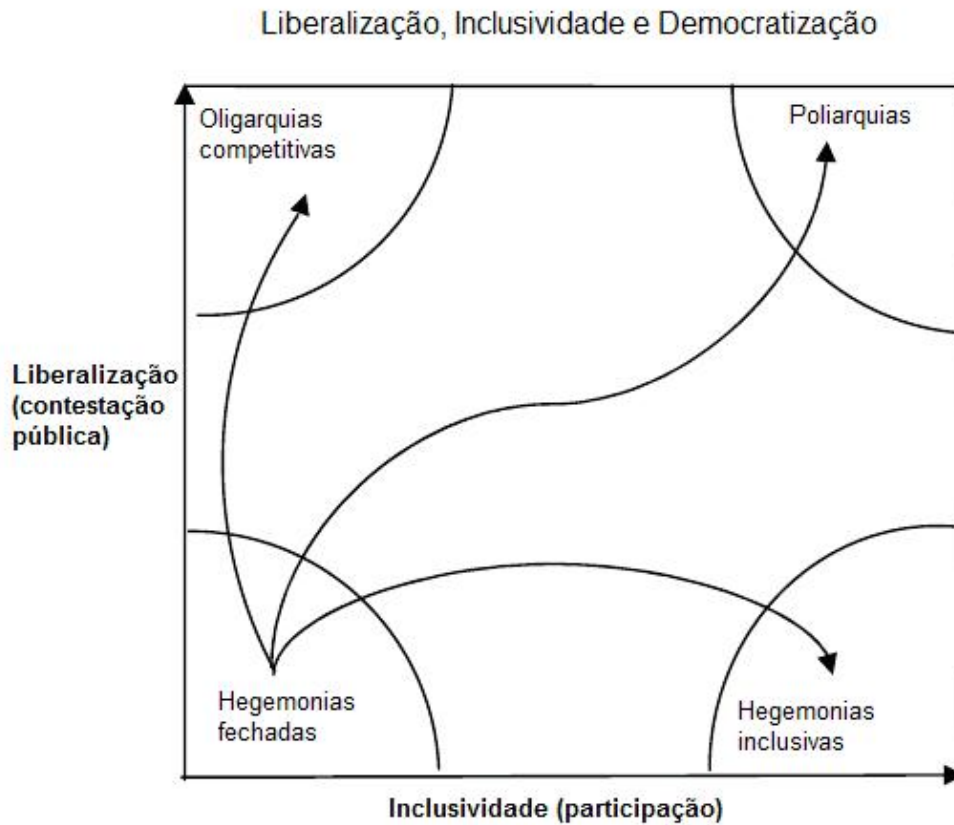


Gráfico 1 - Liberalização, Inclusividade e Democratização. Fonte: DAHL, 1996.

A definição de democracia utilizada neste estudo mescla as ideias de Schumpeter e de Dahl, denominada de “definição procedural mínima”. A democracia consolidada é tida como uma forma de governo em que há (i) eleições livres e justas (perspectiva schumpeteriana) e em que (ii) liberdades políticas e (iii) direitos civis estão presentes na sociedade (como defendido por Dahl). Espera-se, portanto, que uma democracia seja, no mínimo, composta por esses três aspectos, podendo posteriormente diferenciar-se em suas características mais específicas ao combinar diversas outras variáveis.

1.2 Democratização: variáveis externas e a exportação de democracia

Dentro da literatura de democratização da Terceira Onda⁶, os fatores externos são uma das variáveis independentes que facilitam ou inibem a consolidação da democracia⁷, sendo relativamente pouco analisadas. Receberam maior ênfase, contudo, após 1990, quando a comunidade acadêmica começou a focar na relevância de tais variáveis devido ao fim da Guerra Fria e à leva de democratização de países do Leste Europeu. Esses Estados, que antes eram influenciados pela antiga União Soviética, passaram por uma transição democrática em que os estímulos externos foram imprescindíveis para a consolidação do novo regime (CASTRO SANTOS, 2010).

Whitehead (2005) explica o motivo pelo qual os primeiros estudiosos da literatura de democratização pouco consideraram os fatores externos. O momento histórico em que a primeira geração dessa literatura foi produzida, décadas de 1970 e 1980, era caracterizado por processos de transição democrática em Estados Westphalianos, com fronteiras definidas.

Com as transições democráticas a partir da queda do muro de Berlim, observou-se que também era preciso estudar os níveis subnacionais. Casos de desintegração estatal, como na Iugoslávia e Tchecoslováquia, além do ressurgimento dos países Bálticos e da reunificação da Alemanha elucidaram a necessidade de considerar mais variáveis na literatura. Essas situações também ajudaram a compreender melhor os efeitos da influência regional na democratização de um país. Como defendido por Whitehead (2005):

It is rare to come across an instance of democratization in a single country where no substantial neighborhood effects are evident. Most democratization processes occur in clusters (Peru-Argentina-Uruguay-Brazil-Chile- Paraguay, Poland-Hungary-Czechoslovakia-East Germany, or Nicaragua-El Salvador-Guatemala). This strongly

⁶ Como explicado por Castro Santos (2010), essa literatura de referência do processo de democratização da Terceira Onda é organizada principalmente em torno da discussão do conceito de democracia (por meio das ideias de Schumpeter e Dahl), tida como variável dependente, e do exame das variáveis independentes que facilitariam ou inibiriam a sua consolidação. Vale ressaltar que a denominação Terceira Onda” foi criada por Samuel Huntington (1991), no trabalho “Democracy’s Third Wave”.

⁷ Outros exemplos de variáveis analisadas por essa geração literatura de democratização são as relações civis-militares, fatores institucionais, características de lideranças nacionais, condicionalidades e particularidades culturais dos países em transição.

suggests that external factors must be playing a coordinating role (WHITEHEAD, 2005, p. 12).

Sobre as variáveis externas no processo de democratização, vale destacar a visão de O'Donnell e Schmitter (1987). Eles afirmam que o consentimento do país-alvo e a influência dos Estados vizinhos não são suficientes para uma democratização bem sucedida. O poder e a coerção ainda são cruciais no contexto internacional. Ademais, uma intervenção externa será mais duradoura se feita durante a consolidação democrática, e não durante a transição entre os dois regimes. A justificativa para tal é que a rapidez e imprevisibilidade do processo dificulta que ações externas sejam eficazes em seu desfecho.

Como indicado, enquanto variável independente, a exportação de democracia é uma parte relativamente pequena dentro da literatura de democratização. Entretanto, é importante estudá-la porque “a difusão da democracia e de seus valores tem sido parte essencial da doutrina da política externa da única superpotência do pós-Guerra Fria [os Estados Unidos], inclusive como garantia de sua segurança” (CASTRO SANTOS, 2010, p.15). Após os atentados de 11 de setembro, a democracia ocupou o principal patamar como meio para garantir a estabilidade do país frente às ameaças externas. Como será analisado no próximo capítulo deste trabalho, a exportação de democracia é essencial para a Guerra ao Terror, conforme definido na Doutrina Bush.

Há várias maneiras de promoção e exportação de democracia, como diplomacia cultural, monitoramento de eleições, embargos econômicos, sanções políticas, condicionalidades impostas por agências de desenvolvimento e uso da força. Essa última estratégia é recorrente, como indicam as operações de paz de segunda geração a partir dos anos 1990 e as invasões americanas no Oriente Médio.

O trabalho de Bueno de Mesquita e Downs (2006) é uma das principais críticas ao uso da força enquanto meio para promover a democracia. Os autores afirmam que esse é um método ineficaz para buscar a democratização devido à contradição inerente entre valores democráticos e a imposição de uma democracia pelo uso da força.

Tom Farer (1996), ao contrário, possui uma visão otimista da ação externa para fins de democratização. De acordo com suas ideias, atores externos podem ajudar na defesa e

fortalecimento da democracia. Ações podem não ser decisivas, mas ajudam a estabilizar regimes domésticos por meio de ameaças a sanções e ao uso da força. Ademais, observa-se que há um aumento da tolerância para intervenções externas no atual mundo interdependente e globalizado. Muitas vezes existem demandas por ações desse tipo. O autor relembra a legitimidade da intervenção humanitária em casos de graves desrespeitos aos direitos humanos, como crimes contra a humanidade e afrontas às Convenções de Genebra⁸ (FARER, 1996). Ressalta-se que a intervenção externa nesses casos é apoiada pela Carta da ONU e também pela Organização dos Estados Americanos (OEA). E, como bem colocado por Castro Santos (2010), “baseado no princípio kantiano da paz democrática, ameaças à democracia são vistas como ameaças à segurança coletiva e para defendê-la intervenções estão previstas na carta da OEA, confirmadas pela Declaração de Santiago, ONU, julho de 1991” (CASTRO SANTOS, 2010, p.16).

Já Samuel Huntington (1996) afirma que a exportação de democracia tende ao fracasso devido à caracterização do sistema internacional pós-Guerra Fria. De acordo com a sua ideia de choque de civilizações, a política global tende a ser dominada por grandes divisões entre as identidades culturais da humanidade. Os Estados continuarão sendo os atores internacionais predominantes, mas os conflitos acontecerão principalmente entre nações e grupos de civilizações distintas. Tais diferenças culturais e religiosas criam divergências em questões políticas. Assim, os esforços ocidentais para a promoção de valores democráticos e liberais em outras civilizações, com o intuito de manter a sua preponderância militar e econômica, geram respostas relutantes e ostensivas. Embora a cultura ocidental tenha conseguido se introduzir no resto do mundo, seus conceitos são fundamentalmente diferentes dos de outras civilizações. De acordo com o autor:

Western ideas of individualism, liberalism, constitutionalism, human rights, equality, liberty, the rule of law, democracy, free markets, the separation of church and state, often have little resonance in Islamic, Confucian, Japanese, Hindu, Buddhist or Orthodox cultures. Western

⁸ As Convenções de Genebra e seus Protocolos Adicionais são a essência do Direito Internacional Humanitário (DIH) e compreendem o conjunto de leis que rege a conduta dos conflitos armados e busca limitar seus efeitos. Eles protegem especificamente as pessoas que não participam dos conflitos (civis, profissionais de saúde e de socorro) e os que não mais participam das hostilidades (soldados feridos, doentes, náufragos e prisioneiros de guerra) (COMITE INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA, 2014).

efforts to propagate such ideas produce instead a reaction against "human rights imperialism" and a reaffirmation of indigenous values, as can be seen in the support for religious fundamentalism by the younger generation in non-Western cultures (HUNTINGTON, 1996, pp. 40-41).

Apesar de haver democracias no oriente, esses regimes geralmente são oriundos de imposições de países ocidentais ou resultam de relações metrópole-colônia. A democracia moderna surgiu no ocidente, assim como a ideia de que ela é universal e que, por isso, deve ser promovida em outras civilizações. Além de destacar esse viés nas políticas de exportação de democracia, Huntington afirma que democratizações exitosas só ocorrem quando o país-alvo possui condições favoráveis para tal - desenvolvimento econômico e liderança política comprometida com valores democráticos. Por esse motivo, os países não-ocidentais são menos propensos a desenvolverem uma democracia estável, já que possuem economias menos prósperas e não reconhecem a legitimidade dos princípios democráticos (HUNTINGTON, 1996).

Em suma, ainda que não haja consenso sobre a influência positiva ou negativa das variáveis externas na democratização, observa-se que elas tiveram sua importância reconhecida na literatura a partir das ondas de transição democráticas dos anos 1990 (CASTRO SANTOS, 2010).

Dentro da perspectiva de exportação de democracia, surgiu recentemente uma preocupação em analisar a qualidade do novo regime instalado nos países-alvo. Para tal, passou-se a produzir uma literatura sobre *Foreign-Imposed Regime Change* – FIRC, que será explicada na próxima subseção.

1.3 *Foreign-Imposed Regime Change*: uma literatura atual

Embora tenha havido várias tentativas de exportar regimes democráticos para outros países, observa-se a pouca atenção direcionada à qualidade do novo governo. Estudos quantitativos demonstram que a democratização imposta é raramente alcançada por completo, já que a maioria dos países adquire somente manifestações simbólicas de democracia, sem a liberdade e a representatividade de um sistema genuinamente liberal (BUENO DE MESQUITA; DOWNS, 2006). Em meio a tantos casos de insucesso,

surge o questionamento sobre a possibilidade de Estados democráticos instituírem a democracia no exterior de uma maneira eficaz.

Para responder essa lacuna, o conceito de *Democratic Foreign Imposed Regime Change* – *Democratic FIRC* - surgiu nos estudos sobre democratização⁹. Em suma, a literatura dos FIRC busca avaliar o sucesso de mudanças de regime impostas de fora e evidenciar as variáveis que explicam o sucesso e o fracasso de imposições de democracia por outros países, utilizando análises quantitativas para alcançar esse objetivo.

De acordo com Alexander Downes (2010), uma mudança de regime imposta por outro país é definida como a remoção do líder político de um Estado pelo comando de um outro Estado. O autor reconhece que embora os interventores possam empossar um novo líder e até mesmo impor diferentes instituições, a mudança do governante é o único fator necessário para que um caso seja qualificado como FIRC. Essa definição ajuda a analisar a eficácia na remoção da liderança e na colocação de outras pessoas no poder, mas ignora situações em que há estabelecimento de instituições para a escolha popular de outro governante.

Goran Peic e Dan Reiter (2010) definem FIRC por meio da mudança de líderes e de instituições políticas:

The term ‘regime’ has been used by scholars sometimes to refer to a leader or some times to refer to political institutions. Foreign imposed regime change, therefore, can mean an externally imposed change in either leaders or political institutions, though in practice it is often both (PEIC; REITER, 2010, p. 454).

O trabalho de Andrew Enterline e J. Michael Greig (2008) enfatiza o papel ativo do interventor na construção e manutenção das novas instituições:

Therefore, imposed democratic regimes are democratic governments installed by a foreign power in which the foreign power plays an important role in the establishment, promotion, and maintenance of the institutions of government (ENTERLINE; GREIG, 2008, p. 323).

⁹ Neste trabalho, a expressão “FIRC” é utilizada em termos de FIRC democrático, ou seja, a imposição de democracia por um país estrangeiro. Entretanto, há trabalhos que também analisam o estabelecimento forçado de regimes autocráticos, principalmente pela União Soviética em países como Lituânia, Estônia, Hungria, e Afeganistão. Melissa Willard (2011), por exemplo, estuda quantitativamente casos em que a Alemanha Nazista e a República Democrática do Vietnã estabeleceram uma mudança forçada para um regime não-democrático na Noruega e no Camboja, respectivamente.

Assim, a imposição de regimes democráticos representa uma maneira custosa de alterar as políticas de outro Estado, pelo uso da força, que deve envolver mais do que a imposição da troca de liderança, necessitando reestruturar por completo o sistema de instituições políticas do país-alvo. Entretanto, vale ressaltar que o interventor deve sempre planejar a retirada de suas tropas após a imposição do novo regime, restaurando a soberania no outro Estado. É isso que diferencia o FIRC de práticas como a colonização ou anexação (WILLARD, 2011).

Downes e Monten (2013) também enfatizam a restauração da soberania em sua definição de FIRC, defendendo que os atores externos devem ser minimamente responsáveis pela derrubada do antigo líder e, no máximo, podem determinar o sucessor. Em seu trabalho, os autores utilizam como pergunta de pesquisa se a intervenção é uma maneira efetiva de democratizar outros países. Por não encontrarem uma resposta consensual, eles dividem o debate entre otimistas, pessimistas e os que utilizam argumentos condicionais.

O primeiro grupo é representado principalmente por tomadores de decisão e acadêmicos que planejam as políticas externas e de defesa. Para eles, a democracia é transferível para qualquer sociedade ou cultura, e sua exportação pelo uso da força é geralmente eficaz. Fatores domésticos como pobreza, fragmentação étnica e falta de experiência prévia com democracia do país-alvo seriam irrelevantes para a implementação de instituições verdadeiramente democráticas, especialmente se o interventor destinasse recursos e atenção suficiente para essas situações. Há autores nessa vertente que afirmam que as intervenções militares são frequentemente necessárias para remover instituições políticas e militares que são consideradas abusivas (BERMEO, 2003). Já outros qualificam essa ideia por meio da sugestão de que intervenções militares têm impactos positivos na democratização somente se o seu objetivo explícito for instalar um sistema democrático no país-alvo¹⁰ (PECENY, 1999).

¹⁰ Hermann e Kegley (1998) evidenciaram em análise quantitativa que as intervenções promovidas pelos Estados Unidos após 1945 somente levaram a uma melhora no índice Polity dos países-alvo quando foram focadas na promoção de democracia. Quando não buscavam reformas governamentais, as ingerências intensificaram a autocracia dos outros países. O Polity é um índice que mede o nível de democracia em todos os Estados independentes com mais de meio milhão de habitantes, avaliando a competitividade, transparência e nível de participação dos regimes. O índice utiliza uma escala que varia de -10 a +10, sendo que -10 a -6 corresponde a autocracias, -5 a 5 a anocracias, e de 6 a 10 para as democracias.

Os autores pessimistas, por sua vez, chegaram à conclusão de que o sucesso na imposição de democracia pelo uso da força é raro. Os estudos de Bueno de Mesquita e Down (2006) são frequentemente citados porque demonstraram quantitativamente que países-alvo não passam por melhorias significativas em seu nível de democracia no intervalo de dez a vinte anos após intervenções. Isto acontece em razão de líderes dos países interventores estarem interessados na sua própria permanência no poder e buscarem, então, ações para maximizar a prospectiva dessa continuidade quando estão envolvidos em políticas de *nation-building*¹¹. Assim, os governantes de democracias são atraídos para intervenções em que possam obter bens públicos de importância reconhecida para os seus cidadãos – como a manutenção da segurança nacional – ou que afetam diretamente uma porção significativa da população – aumentar o acesso a recursos energéticos ou proteger rotas comerciais, por exemplo.

Conseqüentemente, no FIRC democrático, o país interventor espera que o novo líder possa facilmente se alinhar com seus objetivos estratégicos, buscando garantir o cumprimento de sua motivação inicial. Nesse contexto, os autores afirmam que a implementação de um sistema democrático não é interessante porque o novo líder pode não se alinhar à política externa do interventor e, se o fizer, seus objetivos primários¹² serão diferentes, levando a um desentendimento quase certo entre os dois países. Como os custos para intervir são altos demais para arriscar a garantia de um governo potencialmente desalinhado com os interesses do interventor, opta-se por uma democracia simbólica – com pouco interesse no provimento de bens públicos e sem arranjos institucionais para a obtenção de uma democracia liberal de fato, como liberdade de expressão e assembleia, eleições livres e mídia independente.

Resumidamente, os autores defendem que o resultado do FIRC depende do país no qual se intervém, já que seus motivos e objetivos estratégicos do interventor impactam os tipos de instituições a serem construídas. Destarte, há pouca melhora no índice de democracia dos países-alvo, porque não vale a pena correr o risco de instalar um regime genuinamente liberal quando os interesses nacionais do interventor podem não ser atendidos caso isso seja feito (BUENO DE MESQUITA; DOWN, 2006).

¹¹ De acordo com James Dobbins (2003), *nation-building* é o uso da força armada após o fim de um conflito para apoiar uma transição duradoura para a democracia.

¹² Neste trabalho, os objetivos primários da política externa são definidos em termos de interesses nacionais.

Em resposta a esse argumento de que os líderes democráticos não têm incentivos para instalar a democracia em países onde eles intervêm e que preferem instalar autocracias, Downes e Monten (2013) ressaltam a diferença na qualidade da democracia que foi alcançada em países com precondições domésticas diferentes. De fato, muitas vezes o interventor demonstra pouco interesse na democratização real do alvo, mas há situações em que a democracia é o verdadeiro objetivo, sendo que grandes esforços são feitos para liberalizar o país, como nos FIRC's da Alemanha e Japão no pós-II Guerra Mundial. Para os autores, tais empenhos são mais propensos ao sucesso quando o alvo é um Estado próspero e etnicamente homogêneo.

Essa justificativa constitui um argumento condicional, pois demonstra que determinados fatores podem facilitar ou impedir a eficácia de um FIRC. Enterline e Greig (2008) analisam a durabilidade de democracias impostas entre 1800 e 1994 e chegam à conclusão de que 63% dos casos de FIRC falham, sendo que o novo regime possui uma duração média 13,1 anos. Para explicar esse resultado, os autores igualmente enfatizam variáveis domésticas como a unidade étnico-religiosa e a prosperidade econômica enquanto fatores cruciais para a sobrevivência do novo regime.

De fato, para esses autores, um Estado com alto nível de fragmentação étnica e religiosa possui clivagens sociais que são propensas a desafiar a manutenção da democracia recém instituída. Esses diferentes grupos tendem a competir entre si por influência política e acesso prioritário a recursos naturais e econômicos no país, o que gera instabilidade no governo imposto. Entretanto, a prosperidade econômica (medida em termos de PIB per capita) pode mitigar esse efeito negativo e aumentar a probabilidade de sobrevivência da democracia. Ao expandir o acesso a recursos por uma maior parcela da população, a prosperidade econômica ajuda a prevenir ameaças oriundas de divisões étnico-religiosas. Além disso, ela aumenta a capacidade do governo de se comprometer a mitigar os conflitos internos e a criar incentivos para que esses grupos sociais possam resolver suas disputas com o respaldo do sistema político do país (ENTERLINE; GREIG, 2008).

Outra variável condicional recorrente nos estudos de FIRC é o nível de esforço (recursos e comprometimento) investidos pelos interventores, que influenciaria o nível de sucesso da democratização no país-alvo. Por meio da literatura de *nation-building*, James Dobbins et al. (2003) utiliza essa abordagem para comparar casos de

intervenções americanas desde a II Guerra Mundial, utilizando como principais indicadores o número de tropas de ocupação e a quantidade de ajuda econômica per capita destinada a um determinado caso. O autor demonstra que a imposição de democracia na Alemanha a partir de 1945, um caso incontestável de sucesso, teve o maior número de tropas per capita se comparada a qualquer outro esforço de *nation-building* dos últimos sessenta anos. O país também recebeu a maior quantia de ajuda econômica durante os dois primeiros anos da intervenção. Já o caso do Haiti em 1994, um exemplo claro de fracasso, teve um dos menores números de tropas de ocupação e ajuda monetária per capita.

Downes e Monten (2013) testam a maioria desses argumentos, ajustando os desenhos de pesquisa de modo a evitar algum viés de seleção. Os autores encontram resultados que corroboram as três vertentes da literatura apresentadas anteriormente ao se analisarem os FIRC's impostos por democracias de 1816 a 2008, por meio do índice Polity. Concluem os autores que os Estados que passam por FIRC's tendem a continuar enraizados no autoritarismo. Após a remoção do governo por Estados democráticos, os países-alvo não adquirem nenhuma melhoria significativa na democracia se comparados a Estados que não passaram por intervenção.

Embora não trate somente de FIRC democrático, o trabalho de Melissa Willard (2011) merece destaque porque analisa a motivação para a imposição de mudança de regime e a importância das assimetrias de poder. Ao utilizar a ótica realista, a autora compreende que um país mais forte é capaz de moldar a ação do mais fraco justamente por meio dos seus recursos de poder. Uma imposição forçada no regime seria algo desnecessário, até porque as assimetrias de poder e os altos custos de um FIRC facilitariam a insistência na barganha entre os países.

Entretanto, a lente realista permite que a autora observe que Estados fracos geralmente se recusam a fazer a vontade dos mais fortes. A balança de poder do sistema é assimétrica e por isso é improvável que o lado mais fraco tenha oportunidade de mudar o status quo. Deste modo, a imposição de mudança de regime provocaria o conflito menos necessário, mas mesmo assim ele acontece. Há, conseqüentemente, um quebra-cabeça na imposição da mudança de regime: grandes assimetrias de poder são o que possibilita o FIRC, mas também são o que o torna teoricamente desnecessário (WILLARD, 2011).

Se o poder determina os resultados, por que o país mais forte não consegue impor sua vontade aos mais fracos? Willard busca entender essa falha na barganha política que leva ao FIRC. Para tal, define a imposição da mudança de regime em função de dois custos: i) do regime-alvo de cooperar com as demandas da potência; e ii) da potência de impor mudança de regime. Os custos do regime-alvo de cooperar determinam quanto a potência deve gastar em coerção e indução. Já a decisão de implementar o FIRC depende da comparação entre o valor da coerção por meios diplomáticos e *soft power* e o da imposição de mudança de regime (WILLARD, 2011).

Uma imposição de mudança de regime pode ser a maneira menos custosa de fazer um país ser complacente com uma potência, já que seria mais fácil tirar o regime do poder do que continuar tentando barganhar. Ou seja, países fortes usam o FIRC como uma maneira menos custosa e alternativa à coerção e à indução. De uma maneira resumida, “regime change happens because, when power is assymetric, war may be cheaper than peace” (WILLARD, 2011, p. 18).

Em resumo, este capítulo propôs uma revisão de literatura sobre democratização e FIRC, de modo a elucidar variáveis importantes para explicar o sucesso ou fracasso de imposições externas de regimes democráticos. Observa-se que as variáveis prosperidade econômica, homogeneidade étnico-religiosa e experiência prévia com democracia do país-alvo são importantes para explicar o sucesso de um FIRC democrático. A presença ativa do país interventor numa rápida reconstrução institucional também é um fator importante para a imposição de democracia.

A seguir, analisarei os princípios da política externa norte-americana que dizem respeito à exportação de democracia pelo uso da força. Isso é importante para compreender o que levou o governo norte-americano a adotar a exportação de democracia como pilar da sua política externa, culminando na ocupação do Iraque em 2003.

Capítulo 2 - Política externa norte-americana e exportação de democracia

Antes de analisar o caso iraquiano, faz-se necessário compreender a política externa e de defesa dos Estados Unidos durante a década de 1990 e principalmente após os atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Além disso, a política externa do governo de Barack Obama também será analisada, principalmente no que se refere a mudanças estratégicas frente à Guerra ao Terror e à ocupação do Iraque.

2.1 O sistema internacional pós-Guerra Fria

Durante a segunda metade do século XX, as relações internacionais foram moldadas por uma disputa pela hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética, as duas superpotências mundiais¹³. Após a II Guerra Mundial, os conflitos indiretos e disputas estratégicas entre esses dois países geraram um sistema internacional bipolar, passando por momentos mais tensos, de desconfiança devido à capacidade de destruição mútua, e outros mais voltados à tolerância e coexistência pacífica.

Esse período, que ficou conhecido como Guerra Fria, se iniciou no começo do pós-Segunda Guerra. O fracasso da Conferência de Paris (1946), que objetivava reorganizar democraticamente a Europa com base nos tratados das conferências de Yalta e Potsdam, e o lançamento da Doutrina Truman (1947), que assinala a estratégia de contenção ao comunismo, marcam o início do conflito entre Estados Unidos e União Soviética (URSS).

A segunda parte da década de 1980 sinaliza o final da Guerra Fria. Isso aconteceu principalmente devido à fragilidade econômica da União Soviética, que não tinha mais condições de continuar competindo militarmente com os Estados Unidos. No entanto, a economia norte-americana também passava por *déficits* orçamentários e uma aceleração da dívida pública em razão do aumento de sua despesa com equipamentos bélicos. A partir de 1985, essa situação impulsionou uma distensão nas relações entre as superpotências e o estabelecimento de diálogos entre Ronald Reagan, então presidente norte-americano, e Mikhail Gorbachev, Secretário-Geral do Partido Comunista da

¹³ De acordo com Saraiva (2008), nessa época, o conceito de superpotência corresponde à conjugação da capacidade econômica de exercer o multilateralismo com a vontade de construir uma ampla área sob a influência dos valores ideológicos do país – capitalismo, para os Estados Unidos, e socialismo, para a União Soviética.

União Soviética na época. Vários acordos de desarmamento entre os dois países foram assinados entre 1987 e 1991, como o INF e o Start-I¹⁴ (SARAIVA, 2008).

O colapso da União Soviética, em 1991, é o principal fator representante do fim da Guerra Fria. A dissolução do regime comunista após mais de setenta anos e a eleição democrática de Boris Yeltsin elucidam uma alteração de caráter permanente no sistema internacional. A partir de então não haveria uma oposição ideológica irreduzível entre a superpotência restante e as grandes potências mundiais para permear as relações internacionais. Os Estados Unidos passaram a ter uma grande importância econômica e estratégica, somado a um papel menos relevante da Rússia nas relações internacionais.

Deste modo, observou-se uma preponderância e reafirmação da democracia liberal e da economia de mercado frente ao comunismo. De acordo com Castro Santos (2010), tomadores de decisão e cientistas sociais interpretam a vitória americana na Guerra Fria como o triunfo dos valores ocidentais sobre o comunismo. Ou seja, sistema político e econômico dos Estados Unidos, somados aos seus princípios, teriam se provado superiores aos valores da União Soviética.

Ademais, vale ressaltar que os anos 1980 corresponderam a uma década de evolução e disseminação da democracia, com a transição democrática dos países da América do Sul e o colapso da União Soviética, surgiram novos Estados independentes oriundos e, com isso, diversos processos de transição democrática ocorreram nos países ex-comunistas da Europa Central e do Leste. Tais acontecimentos contribuíram para favorecer a ideia de que a democracia liberal e o livre mercado são o melhor modelo de organização política, e, conseqüentemente, todos os povos do mundo desejam ser democráticos¹⁵. Bush pai demonstra bem essa concepção:

The triumph of democratic ideas in Eastern Europe and Latin America
and the continuing struggle for freedom elsewhere all around the world

¹⁴ Assinado em 1987, o INF é o *Intermediate-Range Nuclear Forces Treaty*, que eliminou de mísseis balísticos e de cruzeiro, de médio e curto alcance. Já o Start-I, *Strategic Arms Reduction Treaty*, foi assinado em julho de 1991 com o objetivo de reduzir as ogivas nucleares dos países.

¹⁵ Esse argumento é o cerne do princípio de democracia universal, que será explicado posteriormente neste trabalho.

all confirm the wisdom of our nation's founders (BUSH, George, 1991)¹⁶.

No pós-Guerra Fria, os Estados Unidos enfrentavam uma situação de relativa calma, sem ameaças aparentes no meio internacional. Isso possibilitou a adoção de uma política externa mais nítida e voltada aos seus princípios e valores democráticos, sem as ambiguidades características do período anterior (CASTRO SANTOS, 2010).

2.2 Formação da política externa: ideias e doutrinas

O trabalho de Robert Packenham (1973) demonstrou que as doutrinas de política externa adotadas pelos Estados Unidos para o Terceiro Mundo¹⁷ no pós-Segunda Guerra e as teorias sociais sobre países em desenvolvimento produzidas pelos acadêmicos norte-americanos possuíam o mesmo núcleo de valores e princípios da chamada tradição liberal americana (HARTZ, 1955). Ao analisar as doutrinas de segurança, econômica e democrática durante a Guerra Fria, o autor evidencia que essas estratégias estavam em consonância com a teoria da modernização, que tratava das relações entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos. De acordo com essa ideia, uma sociedade se tornaria moderna por meio de uma série de transformações sociais, políticas, econômicas que se sucederiam. Isto é, mudanças como industrialização, urbanização, aumento da renda per capita levariam naturalmente à democracia. O papel dos Estados Unidos seria somente incentivar algumas dessas transformações, o que foi feito por meio de políticas de ajuda externa (TEIXEIRA, 2010).

No entanto, tais doutrinas não estavam se mostrando eficazes nas tentativas de desenvolvimento econômico e democratização de países que receberam ajuda substancial dos Estados Unidos. Packenham explica a resistência do governo norte-americano nesse tipo de política externa a partir do profundo enraizamento dos valores da tradição liberal americana. Conforme essa ideia, os Estados Unidos possuem uma experiência peculiar nas esferas histórica e social, com mudanças graduais e revoluções

¹⁶ *State of the Union Address* em 29 de janeiro de 1991.

¹⁷ O autor define a expressão “Terceiro Mundo” como o conjunto de todos os países então subdesenvolvidos da Ásia, África e América Latina, e não somente aos Estados neutros durante a Guerra Fria (PACKENHAM, 1973).

rápidas, sendo que cada conquista política ou socioeconômica foi importante para o seu desenvolvimento¹⁸. E, como os norte-americanos foram bem sucedidos em sua trajetória, o mesmo caminho também deveria funcionar para qualquer país. Tal aspecto denota a crença no universalismo dos valores democráticos que está presente na política externa dos Estados Unidos e se manifesta especialmente após a Guerra Fria. E, como será analisado posteriormente, o excepcionalismo americano¹⁹ é um dos principais aspectos norteadores da Doutrina Bush.

De maneira análoga ao que foi demonstrado por Packenham, é possível traçar uma relação existente entre as produções acadêmicas e as doutrinas de política externa voltadas para a exportação de democracia no pós-Guerra Fria. Ambas estão pautadas nos mesmos princípios liberais. Castro Santos (2010) afirma que a diferença do programa de política externa da Guerra Fria é que a tradição liberal antes se expressava no entendimento sobre o desenvolvimento e modernização dos países do Terceiro Mundo. A partir da década de 1990, entretanto, esse liberalismo norte-americano se voltaria para a compreensão sobre a possibilidade de transformação democrática dos países em desenvolvimento, tendo surgido concomitantemente uma profícua literatura sobre democratização.

Nesse contexto, a estratégia de exportação de democracia norte-americana e suas críticas são enquadradas num arranjo teórico representado por duas ideias presentes na academia: a paz democrática e o fim da história.

A teoria da paz democrática é baseada na proposição de Immanuel Kant, que afirma que repúblicas oferecem as melhores condições para a paz duradoura entre as nações. De acordo com a teoria, Estados democráticos provavelmente nunca entrarão em guerra uns com os outros. Essa lógica foi muito atrativa para os Estados Unidos após o colapso do comunismo. As doutrinas de política externa a partir dos anos 1990 entendiam que a segurança americana seria alcançada por uma espécie de zona de democracias, e não pelo confronto direto com outros países (LYNCH, 2013). Como será abordado neste trabalho, tal noção forma um dos três pilares da Doutrina Bush.

¹⁸ Esse argumento representa a ideia do Excepcionalismo Americano, escola histórica cujos principais representantes são Louis Hartz, Carl N. Degler e David M. Potter.

¹⁹ Ver nota de rodapé número 18.

Por sua vez, a teoria do fim da história foi responsável por popularizar a ideia da paz democrática. Em 1989, o cientista político americano Francis Fukuyama publicou um artigo propondo que, com o fim do comunismo, a humanidade poderia ter atingido o estágio final na sua evolução sociocultural. A democracia liberal do ocidente sinalizaria o último estágio de progresso, perdurando como única aspiração política e forma de governo – uma substituição do sistema democrático por outro modelo alternativo seria algo impossível. Além disso, os valores ocidentais se tornariam o ponto de união entre diferentes culturas e regiões ao redor do mundo. De acordo com o autor:

What we may be witnessing is not just the end of the Cold War, or the passing of a particular period of post-war history, but the end of history as such: that is, **the end point of mankind's ideological evolution and the universalization of Western liberal democracy as the final form of human government** (FUKUYAMA, 1989, p. 4, grifos da autora).

Essas ideias foram rapidamente adotadas pelos tomadores de decisão norte-americanos no pós-Guerra Fria. O trabalho de Fukuyama foi um instrumento adequado para justificar o caráter universal da democracia presente no pensamento nacional, ou seja, todos os países do globo almejavam tornar-se democráticos²⁰ (LYNCH, 2013).

A seguir, serão apresentados os principais pilares da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria. Pretende-se demonstrar mais claramente a relação entre as ideias da academia e doutrinas de ação internacional, esquematizadas por tomadores de decisão.

2.3 Princípios gerais da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria

Em seu trabalho, Castro Santos (2010) estuda os pilares das doutrinas de política externa americana no pós-Guerra Fria. Por meio da análise de conteúdo dos discursos dos presidentes e de seus secretários de Estado a partir da década de 1990, busca a autora compreender o lugar que a democracia ocupa nessa estratégia e a sua relação com a segurança doméstica.

²⁰ A tese de Fukuyama foi criticada por vários autores, incluindo o cientista político Samuel Huntington. Em seu trabalho, o autor norte-americano afirmou que as identidades culturais e religiosas seriam a fonte dos conflitos no pós-Guerra Fria, levando a um choque das civilizações (HUNTINGTON, 1996). Essa ideia foi trabalhada no capítulo anterior.

Três princípios basilares e uma missão foram identificados:

1. A democracia liberal ocidental possui princípios e valores universais. Todos os povos desejam ser democráticos e promover a democracia é algo positivo para a humanidade.
2. Democracias não lutam entre si. Por isso, um mundo democrático é mais seguro e a exportação de democracia gera a paz mundial.
3. Um mundo democrático é mais seguro e próspero para os Estados Unidos. Assim, a promoção de democracia está relacionada aos interesses e segurança do país
4. Missão: os Estados Unidos possuem a encargo de levar democracia e liberdade a todas as nações (CASTRO SANTOS, 2010).

O primeiro princípio pode ser referido à teoria do fim da história de Fukuyama (1989). O pós-Guerra Fria sinalizou a vitória da democracia liberal frente ao comunismo, fazendo com que os princípios, ideias e valores ocidentais fossem vistos como superiores aos comunistas. Por isso, conclui-se que todos os povos do mundo desejam se tornar democráticos, não havendo nenhuma incompatibilidade cultural com os valores ocidentais.

O segundo princípio, por sua vez, está relacionado com a teoria da paz democrática, derivada das ideias de Kant. Um mundo democrático é seguro e estável, porque democracias raramente lutam entre si (LYNCH, 2013). Essa proposição justifica a defesa da democracia, inclusive pelo uso da força, caso seja necessário.

O terceiro princípio relaciona os interesses norte-americanos aos pilares ideológicos de sua política externa. Ao afirmar que um mundo democrático gera prosperidade e segurança para o país, ações de exportação de democracia são justificadas por garantirem o cumprimento dos interesses domésticos. A autora afirma que

“o terceiro princípio é crucial na composição da doutrina da política externa americana no período do pós-Guerra Fria: ele liga a dimensão normativa e ideológica da doutrina à sua dimensão pragmática, possibilitando sua implementação política” (CASTRO SANTOS, 2010, p. 179)

Uma “missão americana” também foi reconhecida pela autora. De acordo com essa ideia, os Estados Unidos possuem a incumbência de levar democracia e liberdade a todos os povos. Ela está relacionada aos dois primeiros princípios, que possuem retórica mais altruísta porque se dirigem para o bem de outros povos e para a paz mundial (CASTRO SANTOS, 2010).

Esses três princípios e a missão americana perpassam as doutrinas de política externa dos governos do pós-Guerra Fria, demonstrando uma uniformidade com tais concepções basilares. Entretanto, cada estratégia enfatiza diferentes preceitos, o que gera doutrinas políticas desiguais, mais ou menos agressivas.

Como será demonstrado a seguir, os três princípios e a missão americana estão presentes nas políticas externas de Bill Clinton e George W. Bush. Para os dois governos, um mundo democrático é algo inevitável devido à universalidade dos princípios da democracia liberal, além de ser mais seguro e próspero para os Estados Unidos. Entretanto, as políticas dos dois presidentes diferem entre si principalmente na forma de promoção da democracia – a Doutrina Bush adota especificamente o uso da força como estratégia.

2.4 A política externa dos governos Clinton e Bush antes do 11 de setembro

A principal diferença entre as políticas externas de Bill Clinton e George W. Bush antes dos atentados de 11 de setembro está na intensidade do engajamento global dos Estados Unidos. Bill Clinton defendia uma maior presença norte-americana em operações de paz, mas somente em situações ameaçadoras à segurança ou ao interesse nacional. Já Bush pretendia promover uma presença menos ativa no meio internacional, principalmente no que se refere a intervenções militares.

Ambos assumiram a presidência sem grandes ameaças para a segurança doméstica. No entanto, Bush se viu obrigado a reajustar sua política externa e de defesa após nove meses de mandato. A partir de então, demandou-se do governo um papel mais ativo na esfera internacional, como uma resposta aos ataques terroristas sofridos pelo país naquele ano. De acordo com Gergen apud Cameron (2002), Bill Clinton passava 25% do seu tempo se dedicando a questões de política externa, ao passo que George W. Bush

gastava mais de 75% da sua agenda lidando com o mesmo assunto após os atentados ao World Trade Center e ao Pentágono.

A campanha do democrata Bill Clinton para a presidência enfatizou a economia. Não havia discussões substantivas sobre qual o papel que os Estados Unidos deveriam desempenhar internacionalmente, o que representa a falta de interesse doméstico nas relações exteriores do país na época.

Ao assumir a presidência em janeiro de 1993, Clinton deixou claro que questões domésticas teriam prioridade em seu governo. Sua política externa incluiu a promoção da democracia e da economia de mercado, isolando os chamados *rogue states*²¹. Essa estratégia ficou conhecida como “Democratic Enlargement” (LITWAK, 2012) e o excerto abaixo a define bem:

It's easy, for example, to say that we really have no interests in who lives in this or that valley in Bosnia, or who owns a strip of brushland in the Horn of Africa, or some piece of parched earth by the Jordan River. But the true measure of our interests lies not in how small or distant these places are, or in whether we have trouble pronouncing their names. The question we must ask is, what are the consequences to our security of letting conflicts fester and spread. We cannot, indeed, we should not, do everything or be everywhere. But where are values and our interests are at stake, and where we can make a difference, we must be prepared to do so (CLINTON, 1999)²².

Contudo, a atuação dos Estados Unidos em operações de manutenção da paz para a promoção de valores democráticos se tornou mais restrita. O fracasso da intervenção norte-americana na Somália no começo dos anos 1990 foi responsável por gerar esse maior retraimento, levando a uma inação americana em países que enfrentavam atrocidades em massa, como Ruanda e Sudão. Para a presença dos Estados Unidos em operações de *peacekeeping*, era necessário que os interesses e segurança nacionais estivessem ameaçados pela situação. Além disso, a intervenção deveria ser

²¹ O governo norte-americano denominou *rogue states* os países contrários à democracia e que ameaçavam a paz mundial. Na época, o grupo era formado por Irã, Iraque, Líbia e Coreia do Norte, países que foram alvos de sanções econômicas e isolamentos diplomáticos por parte dos Estados Unidos (LITWAK, 2012).

²² Discurso proferido em ocasião de comentários presidenciais sobre a política externa, em 26 de fevereiro de 1999.

supervisionada pela ONU, com a garantia de que longas missões de *nation-building* não iriam acontecer. Resumidamente, questões humanitárias não eram suficientes para a ação militar do país²³ (TEIXEIRA, 2010).

O terrorismo não era uma grande preocupação para o governo ou opinião pública. Os Estados Unidos viviam um período de relativa calma no final da década de 1990 e nem mesmo alguns ataques terroristas geraram providências mais eficazes por parte do governo. De acordo com Teixeira (2010), os líderes norte-americanos se sentiam desencorajados a confrontar ameaças postas pelo radicalismo islâmico devido à euforia após o fim da Guerra Fria. Entretanto, Bill Clinton passou a lidar com o problema após sucessivos atentados ao longo dos anos 1990²⁴, exigindo maior coordenação entre as agências federais para antecipação de futuros ataques e contramedidas mais efetivas. A opinião pública e o Congresso demonstravam ceticismo sobre a iminência de atentados terroristas, o que levou à rejeição de alocação de recursos para medidas antiterroristas pelo legislativo.

Sobre os princípios da política externa norte-americana no governo Clinton, Castro Santos (2010) destaca a maior presença das duas primeiras concepções – universalidade dos valores democráticos e a ideia de que democracias não lutam entre si. As ideias de democracia universal e paz democrática foram importantes para justificar ao Congresso e aos cidadãos a política de apoio aos antigos países comunistas, o alargamento da OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e a integração da Europa. Segundo Clinton, seus secretários e assessores, essas ações iriam garantir maior segurança para o país e para o mundo.

Em janeiro de 2001, o republicano George W. Bush assumiu a presidência do país. A nova administração demonstrou diferenças notáveis em sua política externa em relação à de Clinton logo no início do mandato. Houve mudanças no entendimento de interesse nacional, levando a um maior pragmatismo estratégico, com menos engajamento global. Bush criticava a estratégia de Clinton no que se refere ao engajamento em operações de

²³ A doutrina do *Democratic Enlargement* serviu para justificar o envolvimento do governo norte-americano nos Bálcãs. A situação se encaixava por completo nas proposições de Bill Clinton, sendo que a continuação do conflito na Europa geraria instabilidade na segurança dos Estados Unidos (CAMERON, 2002).

²⁴ Entre esses episódios, destaca-se o ataque ao World Trade Center em 1993, matando 63 pessoas e deixando milhares de feridos. Em 1997, turistas do Empire State Building foram mortos em tiroteio. E em 2000, o atentado suicida ao USS Cole no Iêmen matou 17 *marines* e deixou 39 feridos.

nation-building e intervenções humanitárias em outros países. Sua administração também defendia menor apoio a instituições multilaterais, com receio de desgaste da soberania nacional (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA 2013).

Esses aspectos denotavam as principais mudanças em relação ao governo Clinton, caracterizado por um maior liberalismo em suas intervenções humanitárias e presença ativa em fóruns multilaterais. Cameron (2002) aponta que, durante os primeiros meses na presidência, Bush anunciou que os Estados Unidos não iriam mais se envolver no processo de paz no Oriente Médio e nem mandar tropas para os Bálcãs. O governo também defendia uma suspensão nas negociações com a Coreia do Norte. E, em junho do mesmo ano, o presidente se recusou a ratificar o Protocolo de Quioto²⁵, com a justificativa de que ele interferia negativamente na economia doméstica do país.

Apesar dessa mudança, Bush e seus assessores mencionavam os princípios gerais identificados acima da política externa do país em seus discursos. Como esclarecido por Teixeira (2010), havia alusões à universalidade dos valores democráticos, à relação entre democracia, segurança e prosperidade norte-americana e à missão de promover o sistema democrático mundo afora. Entretanto, não se observa uma vinculação da promoção de democracia ao uso da força nos discursos proferidos antes de 11 de setembro.

Resumidamente, a estratégia inicial de Bush demonstrava ceticismo frente a operações de *nation-building* e missões humanitárias. Sua política externa antes dos atentados às torres gêmeas e ao Pentágono era mais inflexível e defendia critérios claros para que os Estados Unidos se envolvessem em intervenções militares. O país não enfrentava nenhuma ameaça externa que demandasse uma contramedida rígida. A estratégia de exportação de democracia pelo uso da força só seria desenvolvida nove meses após a posse de Bush.

²⁵ Adotado no Japão em dezembro de 1997, o Protocolo de Quioto é um tratado internacional complementar à Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima. Ele estabelece metas de redução de gases que agravam o efeito estufa para os países desenvolvidos.

2.5 A Doutrina Bush: fundamentos e ações

Na manhã do dia 11 de setembro de 2001, quatro aviões comerciais foram sequestrados por dezenove terroristas de grupos fundamentalistas islâmicos. Os sequestradores colidiram intencionalmente dois aviões contra as Torres Gêmeas do complexo empresarial do World Trade Center, em Nova York. Os prédios desmoronaram pouco tempo após serem atingidos, destruindo vários edifícios vizinhos. O terceiro avião colidiu contra o Pentágono, a sede do Departamento de Defesa dos Estados Unidos, em Arlington, Virgínia, perto da capital do país. O último avião caiu em um campo rural e inabitado no estado da Pensilvânia, após passageiros e tripulantes terem tentado retomar o controle da aeronave – suspeita-se que a aeronave se dirigia à Casa Branca. Não houve sobreviventes em nenhum dos voos, sendo que 2996 pessoas morreram no total (NATIONAL COMMISSION ON TERRORIST ATTACKS UPON THE UNITED STATES, 2004).

Segundo Litwak (2012), os atentados terroristas às Torres Gêmeas e ao Pentágono marcaram abruptamente o fim da chamada era pós-Guerra Fria. A década equivocadamente tranquila após o extinção da União Soviética alimentou falsas expectativas de um ambiente internacional favorável no longo prazo. Ademais, concluiu-se que a primazia global dos Estados Unidos e seu status de potência hegemônica tinham sido erroneamente interpretados como segurança doméstica após a queda do muro de Berlim (LITWAK, 2012).

A partir dessa data, ficou claro o ressentimento que alguns países do Oriente Médio tinham em relação aos Estados Unidos. Esse sentimento era resultado da propaganda antiamericana durante a Guerra Fria na região, da liderança do país em instituições que “dominavam o mundo globalizado” e de uma antipatia pela influência global da cultura norte-americana (BOYD apud CAMERON, 2002). Fareed Zakaria explica bem essa ideia:

[...] today, you cannot find a single political group in the Middle East that is pro-America. Anti-americanism has poisoned the political culture. People are suspicious of US interests, goals and even its culture. Although the US dominates the world, it does so in a way that inevitably arouses anger or opposition (ZAKARIA apud CAMERON, 2002).

Os atentados terroristas de 11 de setembro geraram uma mudança estratégica na política externa do país. A administração de Bush afirmou que os Estados Unidos não poderiam mais confiar na estratégia e conceitos tradicionais de contenção e isolamento político aos *rogue states* para lidar com a situação. Isso porque seus novos adversários possuíam uma característica singular: eram grupos terroristas difíceis de dissuadir e Estados imprevisíveis que os apoiavam. A proliferação de armas de destruição em massa nesses países, em conjunto com o patrocínio do terrorismo por seus regimes instáveis, criou um novo nexo de insegurança. Nesse cenário, *rogue states* poderiam transferir armas nucleares, químicas e biológicas para grupos terroristas, que não teriam nenhum remorso político ou moral em usá-las contra os Estados Unidos (LITWAK, 2012).

Assim, uma estratégia de dissuasão baseada em sanções econômicas, políticas e militares seria menos propensa a funcionar contra os *rogue states*. Em documento sobre a Nova Estratégia de Segurança Nacional em setembro de 2002, os tomadores de decisão norte-americanos afirmaram que esses países estariam mais dispostos a assumir riscos e a usar armas de destruição em massa do que um grande rival, como a União Soviética no período da Guerra Fria (UNITED STATES OF AMERICA, 2002). Assim, os Estados Unidos saíram da política de contenção do pré-11 de setembro, que enfatizava o isolamento político de seus adversários, e adotaram uma estratégia baseada na exportação de democracia.

Essa nova política externa ficou conhecida como Doutrina Bush. Ela era fundamentada numa visão neoconservadora, consistindo em uma estratégia proativa e abrangente, baseada no poder militar norte-americano (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2013). Robert Jervis (2003) resume os fundamentos da estratégia em quatro tópicos:

- i. Questões sobre democracia e liberalismo: crença na importância do regime interno de cada Estado para determinar sua política externa e a ideia de que o pós-11 de setembro era o momento oportuno para transformar a política internacional pela exportação de democracia;
- ii. Questões sobre ameaça e guerra preventiva: percepção de que o terrorismo e os *rogue states* só podem ser derrotados por estratégias vigorosas. A guerra preventiva seria a principal maneira de agir contra esses novos tipos de ameaças, que estão mais dispostos a enfrentar riscos das estratégias tradicionais de defesa;

- iii. Questões sobre o unilateralismo: disposição de agir unilateralmente quando for necessário. Ações oriundas de uma política externa mais agressiva, como a que foi adotada pelos Estados Unidos, não seriam facilmente apoiadas por outros países;
- iv. Questões sobre a hegemonia norte-americana: é um resumo dos primeiros três elementos. Os Estados Unidos devem reafirmar sua supremacia na política mundial para garantir sua segurança nacional e a estabilidade do mundo por meio da propagação da democracia liberal.

Portanto, haveria continuidade na política externa em questões como inflexibilidade frente a possíveis adversários, ceticismo em relação ao multilateralismo e importância do poder militar do país. Porém, a nova estratégia enfatizou a promoção de democracia, inclusive pelo uso da força, a manutenção do papel hegemônico dos Estados Unidos no sistema internacional e a possibilidade de ações preventivas para lidar com as novas ameaças.

A iniciativa militar norte-americana de combate ao terrorismo foi denominada de Guerra ao Terror pelo presidente Bush. Sua primeira ação foi a imposição de mudança de regime (FIRC) no Afeganistão. Para compreender essa decisão, é importante esclarecer que os atentados de 11 de setembro foram planejados pela Al-Qaeda, grupo fundamentalista islâmico que tinha proteção do regime do Taliban²⁶ no Afeganistão. O país servia como uma espécie de porto seguro a partir do qual o grupo pôde arquitetar os ataques terroristas de setembro de 2001 (CALDWELL, 2012).

Deste modo, Washington demandou que o governo do Afeganistão revelasse o paradeiro dos líderes da Al-Qaeda que se encontravam em seu território, inclusive Osama Bin Laden, fundador do grupo e mentor dos atentados. Após a recusa do líder afegão Mullah Omar em entregar essas pessoas, os Estados Unidos decidiram ocupar o país em 7 de outubro de 2001, menos de um mês após os ataques.

On my orders, the United States military has begun strikes against Al Qaeda terrorist training camps and military installations of the Taliban regime in Afghanistan. These carefully targeted actions are designed to disrupt the use of Afghanistan as a terrorist base of operations and

²⁶ O Taliban é um movimento fundamentalista islâmico que se desenvolveu no Afeganistão a partir de 1994. Esse regime governou o país de 1996 a 2001 e segue interpretações literais e mais ortodoxas do Islã (OXFORD ISLAMIC STUDIES, 2010).

to attack the military capability of the Taliban regime²⁷. (BUSH, George W., 2001).

Teixeira (2010) defende que essa decisão foi um passo importante porque indicava uma abordagem nova e mais agressiva contra o terrorismo. Apesar desse caráter mais enérgico, a ação militar contra o regime Taliban contava com amplo apoio doméstico e internacional.

A Guerra no Afeganistão foi tida como um sucesso pela opinião pública e Congresso dos Estados Unidos. Não houve questionamento sobre a estratégia desenhada para o país que abrigava a Al-Qaeda, mas ainda existiam dúvidas sobre como a política de segurança nacional seria modificada em resposta ao 11 de setembro. De maneira análoga ao caso do Afeganistão, o governo norte-americano mudou sua estratégia frente ao “Eixo do Mal”, *rogue states* hostis aos Estados Unidos e aos valores da democracia liberal. Esse grupo era formado por Irã, Iraque e Coreia do Norte, países com comportamento ameaçador devido à própria natureza de seus regimes. Portanto, Bush via como necessário promover a democracia nesses Estados para que eles deixassem de ser uma ameaça à segurança e estabilidade internacional (LITWAK, 2012).

Entre os países do Eixo do Mal, a administração Bush estava mais preocupada com a ameaça posta pelo Iraque, pois temia que o governo de Saddam Hussein possuísse armas de destruição em massa. E caso esses armamentos fossem transferidos a grupos terroristas, os Estados Unidos poderiam sofrer um dano muito maior do que os provocados pelos atentados de 2001. Para os tomadores de decisão, democratizar o regime iraquiano seria a única arma em última instância para acabar com essa ameaça. Isso porque, como elucidado por Castro Santos e Teixeira (2013), o sistema democrático é pautado pela transparência e mecanismos de *accountability*, o que dificultaria o apoio e fornecimento de armas a grupos terroristas.

Ademais, o governo norte-americano acreditava que um Iraque democrático contaminaria a região, já que outros países iriam seguir seu exemplo (BROWN; SCALES, 2012). Então, a paz no Oriente Médio seria mais provável do que nunca, já que democracias raramente guerreiam entre si:

²⁷ Pronunciamento à nação, 7 de outubro de 2001.

The world has a clear interest in the spread of democratic values, because stable and free nations do not breed the ideologies of murder. They encourage the peaceful pursuit of a better life. And there are hopeful signs of a desire for freedom in the Middle East [...] A new regime in Iraq would serve as a dramatic and inspiring example of freedom for other nations in the region (BUSH, George W., 2003)²⁸.

Resumidamente, as motivações e justificativas dadas pelo governo Bush para as invasões do Afeganistão e Iraque se dividem em dois grupos. O primeiro deles está relacionado a questões de segurança: a guerra contra o terrorismo nesses países é devido aos seus regimes autocráticos que podem fornecer abrigo a grupos terroristas – especialmente a Al Qaeda – e distribuir armas de destruição em massa para eles. O segundo grupo compreende questões de democracia: somente ela é capaz de combater o terrorismo no longo prazo (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2013).

Os Estados Unidos ocuparam o Iraque em março de 2003 e, no mesmo mês, o governo do então líder Saddam Hussein foi derrubado. Em maio, o presidente Bush declarou a guerra vencida pelos Estados Unidos. No entanto, em outubro de 2004 ficou claro que não havia armas de destruição em massa no país. O relatório da CIA afirmou que o grupo de inspetores do chamado CIA's Iraq Survey Group (ISG) não encontrou nenhuma evidência de armas do tipo no território iraquiano. Finalizava-se a investigação que tinha servido como uma das justificativas para a invasão e derrubada do regime de Saddam Hussein (BORGER, 2004). Assim, não haveria razões sólidas para continuar a ocupação norte-americana do Iraque.

Após tal comprovação, o governo insistiu que a decisão de invadir tinha sido certa devido à ameaça que o país representava. Afirmaram que a recusa de Saddam Hussein em aceitar inspeções internacionais e a posse de armas químicas pelo regime ditatorial no passado eram condições suficientes para fundamentar a intervenção e justificar a continuação da operação (BORGER, 2004). Sobre essa questão, Bush declarou que:

From this office, nearly 3 years ago, I announced the start of military operations in Iraq. Our coalition confronted a regime that defied United Nations Security Council resolutions, violated a ceasefire agreement, sponsored terrorism, and possessed, we believed, weapons of mass destruction. After the swift fall of Baghdad, we found mass graves filled by a dictator. We found some capacity to restart

²⁸ Discurso proferido em ocasião de visita ao American Enterprise Institute, em 27 de fevereiro de 2003.

programs to produce weapons of mass destruction, but we did not find those weapons. It is true that Saddam Hussein had a history of pursuing and using weapons of mass destruction (BUSH, George W., 2005)²⁹.

A constatação da inexistência de armas de destruição em massa no Iraque gerou uma mudança na retórica de Bush³⁰. Antes de outubro de 2004, a principal justificativa para a invasão do país abrangia questões de segurança, não só doméstica quanto internacional. A Casa Branca afirmava que Estados autoritários eram propensos a fornecer abrigo e armas de destruição em massa para grupos terroristas. Entretanto, a partir de 2005 há um aumento da menção à democracia nos discursos (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2013). Deste modo, questões relacionadas à construção de sistemas democráticos tornaram-se mais frequentes para justificar a ocupação após a comprovação da inexistência de armas de destruição em massa no Iraque.

O ano de 2005 também marca o começo do segundo mandato de Bush na presidência, o que permite diferenciar as estratégias dos dois governos de uma maneira mais clara. Se levarmos em consideração os três princípios da política externa e a missão americana no pós-Guerra Fria³¹, é possível perceber essa modificação por meio da ênfase de diferentes fundamentos nos discursos.

Durante o primeiro mandato, Bush utilizava principalmente o terceiro princípio, o qual afirma que um mundo democrático é mais seguro e próspero para os Estados Unidos, e a missão americana como justificativa para a invasão militar do Iraque³². Com isso, seus

²⁹ Discurso proferido em ocasião de pronunciamento à nação sobre o Iraque e a Guerra ao Terror, em 18 de dezembro de 2005.

³⁰ Esse episódio também foi responsável por aumentar o nível de desaprovação da ocupação do país. Diferentemente do caso do Afeganistão, não havia uma opinião pública favorável à decisão de invadir o Iraque em 2003. De fato, durante os dois primeiros anos, a maioria da população apoiava a decisão. Nos dois anos seguintes, houve uma divisão quase igualitária na opinião pública (46% a favor e 47% contra). Em 2006, havia mais pessoas contrárias à operação. Em 2008, 54% eram contra e 38% a favor da exportação de democracia para o Iraque (PEW RESEARCH CENTER, 2008).

³¹ Esses princípios foram apresentados e analisados na seção 2.3 do presente trabalho.

³² É importante ressaltar que a conexão entre democracia e os interesses nacionais e segurança dos Estados Unidos esteve presente no pensamento dos tomadores de decisão desde setembro de 2001. Esse ponto é importante para justificar a Doutrina Bush como um todo, e possui um caráter normativo fundamental para a estratégia (CASTRO SANTOS, 2010).

principais discursos eram relacionados à ideia de que a democracia era a arma para lutar contra o terrorismo no longo prazo, já que Estados autoritários tendem a abrigar grupos terroristas e a produzir armas de destruição em massa (CASTRO SANTOS, 2010). Ademais, o segundo princípio, a ideia de que democracias não lutam entre si, também estava presente nos discursos, embora de uma maneira menos frequente. Além de acabar com o terrorismo, levar a democracia para o Oriente Médio tornaria a região estável e pacífica devido ao exemplo de democratização do Iraque (CASTRO SANTOS, 2010). O então Secretário de Estado Colin Powell resume essa ideia, mesmo evitando utilizar a expressão “guerra”:

We are not now talking about a matter of war. We are talking about a matter of peace. We are talking about a matter of hope. We are talking about helping the Iraqi people, and this resolution has that as its singular purpose: to help the Iraqi people to obtain a better life for themselves and their children and to put in place a democratic form of government representing all the people of Iraq that will live in peace with its neighbors and be a responsible nation among the family of nations (POWELL, 2003)³³.

A missão americana também era frequente durante o primeiro mandato de Bush. Castro Santos (2010) afirma que essa questão é compreensível porque dada a ameaça ao país, era importante demonstrar que a doutrina de política estratégica agressiva como contramedida estava de acordo com os princípios liberais e democráticos americanos. A autora ainda afirma que:

Invadir o Iraque, como medida preventiva, alegando a existência de armas de destruição em massa (que nunca apareceram) e de conspirações da Al Qaeda em conluio com Saddam Hussein (ligações que nunca se provaram reais), tinha que parecer aos olhos do povo americano como a coisa certa a fazer, e mais, que só eles podiam fazer (CASTRO SANTOS, 2010, p. 173).

O discurso de Bush do State of Union em 2004 explica bem essa concepção:

And above all, we will finish the historic work of democracy in Afghanistan and Iraq so those nations can light the way for others and help transform a troubled part of the world. America is a nation with a mission, and that mission comes from our most basic beliefs. We have

³³ Discurso proferido em ocasião de declarações à imprensa após reunião com Kofi Annan, Secretário Geral da ONU na época. A entrevista ocorreu em maio de 2003.

no desire to dominate, no ambitions of empire. Our aim is a democratic peace, a peace founded upon the dignity and rights of every man and woman. America acts in this cause with friends and allies at our side, yet we understand our special calling: This great Republic will lead the cause of freedom (BUSH, George W., 2004).

O segundo mandato de Bush é caracterizado principalmente pelo aumento de menções ao segundo princípio. Após a comprovação de que não havia armas de destruição em massa no território iraquiano, as justificativas baseadas em segurança se tornaram menos frequentes, dando lugar a questões que abrangiam a promoção da democracia como mecanismo para vencer a Guerra ao Terror (CASTRO SANTOS; TEIXEIRA, 2013). O discurso de Bush no State of the Union em 2006 resume essa nova situação:

On September 11, 2001, we found that problems originating in a failed and oppressive state 7,000 miles away could bring murder and destruction to our country. Dictatorships shelter terrorists, feed resentment and radicalism, and seek weapons of mass destruction. Democracies replace resentment with hope, respect the rights of their citizens and their neighbors, and join the fight against terror. Every step toward freedom in the world makes our country safer, and so we will act boldly in freedom's cause (BUSH, George W., 2006).

Ademais, Condoleezza Rice, Secretária de Estado entre 2005 e 2009, foi responsável por ressaltar o terceiro princípio em seus discursos, embora de maneira menos frequente em relação ao segundo. A Secretária afirmava a exportação de democracia como fator necessário para alcançar a segurança e os interesses nacionais dos Estados Unidos. No excerto abaixo, Rice relaciona o segundo e terceiro princípio, equiparando-os em importância:

We face a world in which we recognize after September 11th that we have to have change in the Middle East, change based on democratic values, change based on the spread of liberty, because without the dignity and the hope that liberty and freedom bring, we're going to see nothing but the kind of hopelessness that terrorism brings. And we now understand that we have to have a different kind of Middle East. **It's time, again, when America's values and America's interests are completely linked** (RICE, 2005, grifos da autora)³⁴.

³⁴ Discurso proferido em ocasião de reunião em Assembleia Municipal, em janeiro de 2005.

O segundo mandato de Bush enfrentou críticas desfavoráveis às guerras no Oriente Médio. No fim do seu mandato, a opinião pública doméstica e internacional desaprovava o uso da força nessas operações. E, como será visto no próximo capítulo, a ocupação norte-americana no Iraque enfrentou diversos atentados suicidas neste país, que elucidam o descontentamento de grupos minoritários do país, como os árabes sunitas.

Em novembro de 2008, os governos norte-americano e iraquiano assinaram um acordo que previa a retirada completa das tropas americanas do Iraque até dezembro de 2011. No mesmo mês, o democrata Barack Obama foi eleito presidente dos Estados Unidos, após empreender uma campanha com a plataforma de governo “Change We Can Believe In” (DESCH, 2010). Esse slogan demonstra ênfase na mudança de estratégia com a qual Obama foi eleito e isso seria refletido também em sua política externa.

2.6 A adaptação da política externa de Barack Obama

O presidente Barack Hussein Obama enfrentou diversos desafios na política externa, principalmente no que se refere à dificuldade de engajamento nas ocupações do Afeganistão e Iraque. As ações de Bush acabaram manchando a imagem da estratégia de exportação de democracia dentro do país, que ficou relacionada à guerra no Iraque e a um FIRC mais intenso e agressivo. Além disso, as guerras empreendidas pela administração anterior prejudicaram a imagem global dos Estados Unidos devido à opinião pública desfavorável e às indicações de abusos aos direitos humanos associados à Guerra ao Terror.

Com isso, Obama teve que lidar com consequências negativas em sua política externa. Entre elas, estão a desconfiança internacional em relação a operações de exportação de democracia, principalmente no mundo árabe, e o esforço de países europeus em se dissociar dos FIRC's norte-americanos, resultado direto das críticas negativas da opinião pública a essas operações (CAROTHERS, 2013).

A nova administração buscou reajustar sua política externa para a democracia e agir em conformidade ao contexto global. Obama se afirmava diferente de Bush desde sua campanha presidencial e defendia a reconstrução da imagem internacional dos Estados

Unidos, principalmente no mundo árabe. Além disso, defendia o fim das guerras no Iraque e Afeganistão e relações pacíficas com os países do Oriente Médio (INDYK; LIEBERTHAL; O'HANLON, 2013).

Após ser eleito, Obama não mencionou a exportação de democracia em seu discurso inaugural. Hillary Clinton, Secretária de Estado, afirmava que a atuação internacional do governo seria pautada nos 3Ds: diplomacia, defesa e desenvolvimento. Omitia-se o outro “D” de democracia, na nova doutrina. Assim, a estratégia de atuação internacional do governo Obama enfatiza a cooperação, diplomacia e multilateralismo (SYED, 2010).

Quando Barack Obama e Hillary Clinton falavam de democracia em seus discursos, buscavam sempre diferenciar sua nova estratégia da de Bush. Usavam termos mais suaves, e, mesmo com a intenção de lutar contra o terrorismo, não adotavam o termo “Guerra ao Terror” (INDYK; LIEBERTHAL; O'HANLON, 2013).

O governo deixava claro que não iria exportar a democracia em outros países pelo uso da força e nem promover o sistema democrático americano internacionalmente. Como apontado por Carothers (2013) o governo enfatizava os princípios universais da democracia liberal, defendendo que um sistema democrático não se resume somente a eleições e liberdade, também a justiça, dignidade e Estado de Direito. O discurso de Obama na Universidade do Cairo no seu sexto mês de mandato exprime essa concepção:

I know there has been controversy about the promotion of democracy in recent years, and much of this controversy is connected to the war in Iraq. So let me be clear: no system of government can or should be imposed upon one nation by any other.

But I do have an unyielding belief that all people yearn for certain things: the ability to speak your mind and have a say in how you are governed; confidence in the rule of law and the equal administration of justice; government that is transparent and doesn't steal from the people; the freedom to live as you choose. Those are not just American ideas, they are human rights, and that is why we will support them everywhere (OBAMA, 2009)³⁵.

³⁵ Discurso proferido em ocasião de visita à Universidade do Cairo, em junho de 2009.

Obama aplicou essa retórica nas ações norte-americanas de política externa, principalmente no que concerne ao Afeganistão e Iraque. Pararam de defender o sucesso obtido na ocupação desses países, reconhecendo abertamente as limitações que os esforços militares tinham conseguido até o momento. Admitia-se que as democracias impostas possuíam diversas falhas, mas buscavam ressaltar que o objetivo principal das invasões era garantir a estabilidade do Oriente Médio (BRZEZINSKI, 2010). Quando perguntado sobre se o Iraque iria servir como um exemplo de democracia no Oriente Médio, o Embaixador norte-americano no país, Christopher Hill, respondeu:

I think if Iraq can get its own house in order, if they can sort of through these political issues which involve a lot of shoving and pushing between their political leaders, you know, they will be okay. As for being some shiny city on the hill that is a beacon of freedom to others, I think maybe we'll leave that to pundits to describe (HILL, 2010 apud CAROTHERS, 2013)³⁶.

Em se tratando de suas ações, o governo cumpriu o pacto entre Estados Unidos e o governo do Iraque sobre a retirada completa das tropas do país em dezembro de 2011. Entretanto, Indyk, Lieberthal e O'hanlon (2013) afirmam que a administração de Obama tentou chegar a um acordo com os iraquianos para manter a ocupação por mais tempo. Apesar disso, a saída dos Estados Unidos ajudou a restabelecer sua reputação internacional, já que o país retirou suas tropas do Iraque quando lhe foi solicitado, sem grandes resistências.

Resumidamente, no que se refere à democracia, a política externa de Barack Obama pode ser traduzida em três pontos:

- i. Repetidas declarações de alto nível de comprometimento com o apoio à democracia, enfatizando o universalismo;
- ii. Esforços em países ao redor do mundo para apoiar as transições democráticas instáveis, como na Primavera Árabe. Também buscava contrapor retrocessos democráticos por meio de mecanismos diplomáticos, assistência à democracia e possíveis sanções econômicas;
- iii. Esforços de longo prazo para ações multilaterais em matéria de democracia, governança e direitos humanos. Em seus discursos, Obama busca solicitar a

³⁶ Discurso proferido em ocasião de entrevista ao programa The Daily Rundown, da rede de televisão norte-americana MSNBC, em 31 de agosto de 2010.

cooperação da comunidade internacional frente a tais assuntos³⁷ (CAROTHERS, 2013).

Apesar das diferenças com o governo Bush, pode-se dizer que a estratégia de Obama está em consonância com os princípios ideacionais da política externa norte-americana no pós-Guerra Fria, elucidados por Castro Santos (2010). Observa-se que a retórica sobre democracia ainda continua, enfatizando sua universalidade (primeiro princípio) e o comprometimento norte-americano em apoiar esses regimes. Além disso, há menções à ideia proposta pela “missão americana”: os Estados Unidos possuem um papel central na promoção da democracia, inclusive por seu status global de símbolo da liberdade (CAROTHERS, 2013). A utilização de Bush do segundo princípio – um Iraque democrático espalharia democracia pelo Oriente Médio, tornando-o mais seguro – não foi repetida em Obama, já que os Estados Unidos se retiraram do país o mais rápido possível. Principalmente, o terceiro princípio, que liga valores e interesses, ao contrário do segundo mandato de Bush, recebe muita ênfase.

Após apresentar a política externa norte-americana que propiciou a ocupação do Iraque, torna-se possível compreender as ações dos Estados Unidos no país. Entretanto, apesar dos esforços para implementar um FIRC, o regime iraquiano passou por melhorias democráticas muito sutis nos últimos anos. Por que essa mudança de regime foi tão ineficaz? Tais pontos serão trabalhados no próximo capítulo.

³⁷ A intervenção militar na Líbia, em 2011, exemplifica o maior multilateralismo de Obama. Na situação, os Estados Unidos renunciaram à liderança da operação da OTAN, cargo que foi ocupado pela Inglaterra e França.

Capítulo 3 - A imposição de democracia no Iraque

O capítulo anterior apresentou a política externa norte-americana que propiciou a ocupação do Iraque com o fim de vencer o terrorismo e exportar democracia. Entender a lógica e as motivações dos Estados Unidos é importante para que se compreenda suas ações tomadas no Iraque entre 2003 e 2011, com o intuito de estabelecer um sistema democrático no país.

A literatura dos FIRC's afirma que características internas do país-alvo também são cruciais para o sucesso da mudança de regime. Deste modo, a presente seção irá analisar o histórico e a situação no Iraque com base em variáveis levantadas no primeiro capítulo deste trabalho, tais como a prosperidade econômica, homogeneidade étnico-religiosa e experiência prévia com democracia do país-alvo, além de uma presença ativa do interventor na rápida construção institucional do país. Também será apresentado um panorama dos principais acontecimentos durante o período de ocupação do país (2003 - 2011), ressaltando questões ligadas à construção da democracia e a levantes internos. Além disso, a situação do regime atual do país será exposta, inclusive no que se refere à qualidade de sua "democracia". Por último, conclusões preliminares serão delineadas.

Vale ressaltar que o caso iraquiano foi escolhido para análise por ser um exemplo típico dentro da literatura dos FIRC's. O intuito de democratizar o Iraque foi observado desde o início da operação e era planejado devolver a soberania para o país o mais rápido possível. Além disso, o exemplo iraquiano é uma aplicação prática da Doutrina Bush: diferentemente do Afeganistão, a invasão ao Iraque não foi justificada como uma busca aos terroristas responsáveis pelos atentados de 11 de setembro. Esse FIRC foi a principal tentativa de exportação de democracia pelo governo Bush, que se esforçou para que essa operação não fracassasse.

3.1 Breve histórico e situação do país antes de 2003

O território atual do Iraque ocupa uma região que já foi conhecida como Mesopotâmia, palavra grega que significa terra entre rios. Essa área é localizada entre os rios Tigre e Eufrates, hoje pertencentes ao Iraque, e é considerada o berço da civilização. Os povos sumérios, assírios e babilônicos foram alguns dos que estabeleceram impérios nessa região.

Do século XIV até 1920, o território atual do Iraque foi controlado pelo Império Turco Otomano. Com o fim da I Guerra Mundial, o país passou a ser um Mandato da Inglaterra e teve suas fronteiras atuais estabelecidas. O Iraque se tornou formalmente independente em 1932 e passou a ser governado por uma monarquia até o golpe militar de 1958. Após uma década de caos político, o Partido Ba'ath³⁸ tomou o poder em 1968 e, em 1979, Saddam Hussein assumiu a liderança do governo iraquiano (ANDERSON; STANSFIELD, 2004).

Durante esse período, o Iraque manteve a sua integridade territorial enquanto Estado, mas nunca conseguiu se tornar uma só nação. Embora mais de 95% dos iraquianos sejam muçulmanos, o Estado possui divisões étnicas e religiosas profundas que persistem até os dias atuais. A cidade de Basra, antiga província otomana no sul do país, é majoritariamente habitada por muçulmanos xiitas. Já a capital Bagdá e a cidade de Mosul, localizada no norte, são de maioria sunita³⁹. De acordo com Anderson e Stansfield (2004), os muçulmanos xiitas constituem aproximadamente 60% da população iraquiana, os sunitas representam 35% e os outros 5% são formados por cristãos, yazidis, mandaeans e outras minorias religiosas.

Além dessa divisão em termos religiosos, o Iraque também possui um alto nível de fragmentação étnica. A parte central e o sul do país são habitados por povos árabes, mas o nordeste iraquiano é de maioria curda e conta com outras minorias – turcomenos e assírios, principalmente. Numericamente, os árabes abrangem 80% da população e os curdos, em média 15% (ANDERSON; STANSFIELD, 2004). A maioria da população curda é muçulmana sunita, mas eles diferem culturalmente dos seus vizinhos árabes sunitas e xiitas em idioma e costumes.

Desde a época do Império Otomano, o poder militar e político esteve mais concentrado nas mãos da minoria árabe sunita⁴⁰ (KATZ, 2012). O grupo continuou sendo favorecido durante o controle britânico após a I Guerra Mundial e depois da Revolução de 17 de Julho, golpe de Estado que levou o Partido Ba'ath ao poder. Essa preponderância

³⁸ O partido Baath surgiu no fim dos anos 1940 e chegou ao poder no Iraque e na Síria. Defendia um nacionalismo árabe, pan-arabismo e anti-imperialismo. O partido controlou a política iraquiana entre 1968 e 2003 (ALLAWI, 2007).

³⁹ Ver “Mapa político do Iraque” no Anexo 2.

⁴⁰ É importante ressaltar que também há divisões sociais dentro do grupo sunita (TRIPP, 2000).

histórica permitiu que os sunitas adquirissem privilégios em relação aos outros grupos sectários e étnicos do país, principalmente no que se refere a questões de status, propriedade e posição social (TRIPP, 2000).

Assim, os xiitas, que constituem a maioria da população, foram excluídos das esferas do poder desde a criação do Estado iraquiano. Eles são uma classe historicamente desprivilegiada, que foi controlada por um grupo minoritário de menos de um terço do seu tamanho por muito tempo. Isso gerou um ressentimento por parte dos xiitas, evidenciado em levantes violentos durante o governo de Saddam Hussein.

Os curdos do norte do país nunca aceitaram o controle central iraquiano. Essa resistência ao controle árabe é uma constante na história moderna do Iraque. Diversas insurreições curdas contra Bagdá foram suprimidas com brutalidade crescente pelo governo central, como no caso do massacre de Halabja em 1988⁴¹. Em 1983, durante a Guerra Irã-Iraque⁴², os curdos se rebelaram contra o governo iraquiano em busca do reconhecimento de um Estado curdo, mas a região obteve maior grau de independência do Iraque somente após a Guerra do Golfo⁴³. Uma rebelião curda contra Bagdá e o estabelecimento de uma zona de exclusão aérea com a ajuda dos Estados Unidos e Inglaterra culminou na divisão do país em 1991. A partir de então, o Iraque se tornou um Estado árabe com uma região autônoma – o Curdistão iraquiano (ANDERSON; STANSFIELD, 2004).

A economia iraquiana foi duramente afetada pela Guerra Irã-Iraque, que custou aos países pelo menos US\$150 bilhões, bem mais do que o esperado por Saddam Hussein

⁴¹ O massacre de Halabja ocorreu em 16 de março de 1988, durante o encerramento da Guerra Irã-Iraque. Os curdos se aproveitaram dessa guerra para retomar o conflito armado contra Saddam Hussein e conseguir a independência do Curdistão. Alguns dias antes do massacre, a cidade de Halabja havia sido tomada pelos *peshmergas* (guerrilheiros) da União Patriótica do Curdistão, ligados à Revolução iraniana. O governo de Saddam Hussein respondeu com bombardeio de armas químicas na cidade curda, matando mais de cinco mil pessoas, a maioria mulheres e crianças (KINSLEY, 1991). O ataque estava relacionado à operação Al-Anfal, campanha que buscava dizimar parte da população curda e foi reconhecida como genocida pelo Alto Tribunal Iraquiano em 2010.

⁴² A Guerra Irã-Iraque (1980 - 1988) foi um conflito militar resultado de disputas políticas e territoriais entre os dois países. O Iraque recebeu apoio externo de países como os Estados Unidos, Kuwait, Arábia Saudita e França, em grande parte porque esses Estados buscavam impedir a propagação da revolução iraniana de 1979, liderada por Khomeini. Nenhuma fronteira foi alterada ao final da guerra, retornando ao *status quo* de 1980 (MEARSHEIMER; WALT, 2002).

⁴³ A Guerra do Golfo (agosto, 1990 - fevereiro, 1991) foi iniciada com a invasão do Kuwait por tropas iraquianas devido a antigas disputas territoriais e questões econômicas envolvendo petróleo. Uma coalizão contra o Iraque foi formada por países ocidentais e árabes, que foram liderados pelos Estados Unidos e Grã-Bretanha (MEARSHEIMER; WALT, 2002).

(MEARSHEIMER; WALT, 2002). Os custos da Guerra do Golfo, a autonomia econômica do Curdistão e as sanções econômicas impostas ao país pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) durante a década de 1990 foram responsáveis por instaurar uma crise econômica no Iraque. A classe média que tinha ascendido economicamente durante as décadas anteriores declinou substancialmente, sendo que o salário mensal de antigos burocratas, médicos e professores que ainda permaneciam no país não passava de US\$5 no fim dos anos 1990 (SPAGAT, 2010).

Durante o governo de Saddam Hussein, os dados econômicos eram considerados segredo de Estado, limitando-se a análises antes de 2003. De acordo com a Economist Intelligence Unit (2014), o Produto Interno Bruto (PIB) do Iraque era cerca de US\$39 bilhões em 1989. Após as sanções estabelecidas pelo Conselho de Segurança da ONU na década de 1990, o PIB de 1996 ficou em menos de 30% do valor em 1989. Houve uma recuperação gradual entre 1996 e 2000, quando o índice aumentou respectivamente de US\$10,6 bilhões (1996) para US\$33 bilhões em 2000. Em 2002, o PIB per capita PPP⁴⁴ do país era de US\$8,903 (BANCO MUNDIAL, 2014).

Em 2002, a Freedom House⁴⁵ afirmava que o Iraque era um país não-livre, com o índice 7, o pior possível em questões como liberdades civis e direitos políticos. Saddam Hussein detinha o poder supremo e autoritário, sendo que os cargos mais importantes do governo eram ocupados por seus parentes e amigos de Tikrit, cidade onde nasceu. Os partidos de oposição eram ilegais e o parlamento iraquiano não tinha nenhum poder. Além disso, o Estado controlava a população através da intimidação extensiva, por meio de prisões e torturas. A liberdade de assembleia era restrita a reuniões pró-governo. Os muçulmanos xiitas eram perseguidos pelo governo e havia deslocamento forçado de minorias étnicas (FREEDOM HOUSE, 2002).

Após a exposição da história e conjuntura iraquiana na época de Saddam Hussein, será possível contextualizar melhor a invasão norte-americana para instaurar um FIRC no país. Esse acontecimentos após 2003 serão apresentados nas próximas seções.

⁴⁴ Esse PIB per capita é baseado na paridade do poder de compra (PPP). É o produto interno bruto de um país dividido pela sua população.

⁴⁵ A Freedom House é uma organização não-governamental norte-americana que realiza pesquisas sobre a defesa da democracia, da liberdade e dos direitos humanos. A organização lança anualmente um relatório que avalia o grau das liberdades civis e direitos políticos dos países.

3.2 A invasão e primeiras ações (2003 - 2004)

Durante o ano de preparação da invasão ao Iraque, Bush assim se expressou na Assembleia Geral da ONU de 2002:

The history, the logic and the facts lead to one conclusion: Saddam Hussein's regime is a grave and gathering danger. Will the United Nations serve the purpose of its founding or will it be irrelevant? The United States helped found the United Nations. We want the United Nations to be effective and respectful and successful (...) the people of Iraq deserve it. The security of all nations requires it. Free societies do not intimidate through cruelty and conquest. And open societies do not threaten the world with mass murder (BUSH, George W., 2002)⁴⁶.

Nesta ocasião, Bush discursou sobre a possível ameaça do governo iraquiano, invocando os países a confrontarem Saddam Hussein ou a darem espaço para ações norte-americanas. Antes de 2003, o Iraque tinha passado por inspeções da ONU com o objetivo de averiguar a presença de armas de destruição em massa, trabalho realizado pela Comissão das Nações Unidas de Vigilância, Verificação e Inspeção (UNMOVIC). Entretanto, o regime iraquiano não tinha cooperado com o trabalho dos inspetores por crer que a presença da UNMOVIC seria uma ferramenta para facilitar a espionagem dos Estados Unidos e outras potências ocidentais no país.

As dificuldades impostas pelo governo de Saddam Hussein para a missão de inspeção geraram maior desconfiança dos Estados Unidos, que a entendiam como mais uma prova da existência de armas de destruição em massa no país. O Reino Unido, principal aliado do governo norte-americano, também acreditava na existência desses armamentos no Iraque, o que seria uma ameaça para a segurança de seus aliados regionais (ALLAWI, 2007).

Em novembro de 2002, inspetores da UNMOVIC retornaram ao Iraque apoiados pela resolução 1441 do Conselho de Segurança da ONU. Essa decisão oferecia uma última oportunidade para o governo de Saddam Hussein cooperar com a inspeção. Em janeiro de 2003, o diretor da UNMOVIC, Hans Blix, afirmou ao Conselho de Segurança da ONU que o regime iraquiano não estava colaborando com o trabalho dos inspetores e

46 Discurso proferido em ocasião da Assembleia Geral da ONU (AGNU), em 12 de setembro de 2002.

que ainda havia bombas e produtos a serem vistoriados (BLIX, 2003a)⁴⁷. Embora a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) afirmasse que não havia nenhuma arma de destruição em massa no Iraque, o relato de Hans Blix⁴⁸ sobre a dificuldade de inspecionar o país ajudou a justificar as ações que foram tomadas pelos Estados Unidos e seus aliados.

3.2.1 Operação Liberdade do Iraque

Em 17 de março de 2003, Bush fez um ultimato a Saddam Hussein, estabelecendo um prazo de 48 horas para que o dirigente e seus filhos deixassem o país, já que eles chefiavam seus órgãos de segurança. Com a permanência de Hussein, Bush lançou a Operação Liberdade do Iraque em 19 de março. No dia seguinte, a *Coalition of the Willing*, coalizão liderada pelos Estados Unidos, invadiu militarmente o Iraque pelo território do Kuwait (CUTTLE, 2011). Esse grupo era formado por quarenta países, entre eles Estados Unidos, Reino Unido, Austrália e Polônia – Estados que contribuíram com tropas para a operação militar. A invasão contou com 145 mil soldados e *marines* dos Estados Unidos, 45 mil soldados britânicos, 2 mil soldados australianos e 194 soldados poloneses. A operação também foi apoiada por milicianos do Curdistão iraquiano (AUSTRALIA, 2004).

Não houve grandes resistências iniciais do governo e o exército iraquiano se mostrou despreparado. Em 9 de abril, as tropas da coalizão conquistaram a capital Bagdá e derrubaram a estátua de Saddam Hussein na praça Firdos. Nesse período, o ex-governante fugiu da cidade. No dia 1º de maio, Bush afirmou em discurso à nação que as principais ações de combate militar no Iraque tinham acabado, declarando o fim das hostilidades no país (TORREON, 2012).

Após a derrubada do regime, o *Office of Reconstruction and Humanitarian Assistance* (ORHA) foi denominado o órgão temporário para prover serviços básicos e facilitar a

⁴⁷ Discurso proferido no Conselho de Segurança da ONU em 27 de janeiro de 2003.

⁴⁸ Vale destacar que, em 14 de fevereiro de 2003, Blix discursou no CSNU retificando sua afirmação anterior. O diretor afirmou então que "In my 27 January update to the Council, I said that it seemed from our experience that **Iraq had decided in principle to provide cooperation on process, most importantly prompt access to all sites and assistance to UNMOVIC in the establishment of the necessary infrastructure.** This impression remains and we note that access to sites has so far been without problems" (BLIX, 2003a, grifos da autora). Blix afirmou ainda que, se houvesse cooperação imediata do regime, o tempo para inspeção e desarmamento total do país seria curto (BLIX, 2003b).

reconstrução do país. O ORHA era dividido em três pilares: assuntos humanitários, administração civil e reconstrução. Cada uma dessas divisões era chefiada por um funcionário do governo dos Estados Unidos e composta por especialistas da área (BENSAHEL et al., 2008).

Em 16 de maio de 2003, o ORHA foi substituída pela *Coalition Provisional Authority* (CPA), que exercia os poderes executivo, legislativo e judiciário enquanto a infraestrutura estatal estivesse sendo reconstruída. A CPA foi reconhecida pela ONU como uma autoridade de ocupação e era formada por funcionários do governo norte-americano, principalmente militares. Em julho de 2003, o órgão encerrou as negociações de transição e nomeou uma autoridade interina do país, o *Iraqi Governing Council* (IGC). O IGC era composto por 25 representantes de seis partidos políticos do país, a maioria deles xiitas que estiveram exilados durante o governo de Saddam Hussein. O papel do conselho era assessorar a CPA sobre a governança temporária do Iraque (KATZMAN, 2014).

O IGC também serviu para abrandar as queixas do povo iraquiano, principalmente dos líderes políticos que pensavam que os Estados Unidos detinham muito poder. Em se tratando das eleições, o CPA solicitou que o IGC selecionasse um líder interino para tomar medidas visando a elaboração de uma Constituição. As primeiras eleições foram marcadas para 2005 (CHANDRASEKARAN, 2003).

3.2.2 A reação interna e a insurgência iraquiana

O sucesso das ações com vistas a instaurar uma democracia no Iraque dependeria das relações entre as três comunidades étnico-religiosas do país. E embora os Estados Unidos tenham organizado eleições relativamente livres, como veremos na próxima subseção, eles não conseguiram estabelecer entendimento entre os grupos étnico-religiosos iraquianos.

A ocupação norte-americana acabou com a dominância árabe sunita no Iraque. Os curdos solidificaram seu controle no norte do país após 2003 e a maioria árabe xiita ascendeu ao poder, até mesmo no ICG, a autoridade interina na época. Os árabes sunitas ficaram ressentidos com esses acontecimentos e receavam ser tratados com revanchismo pelos árabes xiitas, que tinham sido historicamente oprimidos pela dominância sunita.

Os árabes xiitas tinham o temor de voltarem a ser reprimidos pelos árabes sunitas e resistiam aos esforços norte-americanos de integração no poder de representantes do antigo regime. É importante notar que a maioria xiita estava satisfeita com a ocupação externa porque finalmente ascenderam ao poder. No entanto, o grupo não aprovava a continuação dos Estados Unidos na CPA porque temiam um retorno à dominação histórica, só que dessa vez pelos norte-americanos (KATZ, 2012).

Esses ressentimentos e temores étnicos constituem os principais motivos que explicam a insurgência iraquiana, termo utilizado para se referir às atividades de grupos que estão lutando contra o governo local e as forças de ocupação. Esse é um conceito usado para descrever grupos de estruturas e objetivos diferentes, que fazem uso de diversos métodos de ataque. Por serem dezenas de organizações, é difícil defini-las ao certo, mas se sabe que são formadas principalmente por árabes sunitas⁴⁹. Além do desejo de expulsar as forças externas do país, os grupos receiam uma marginalização por um governo xiita e lutam por áreas estratégicas do país, como a cidade de Kirkuk, que é rica em petróleo. Alguns membros enxergam a insurgência como uma *jihad*⁵⁰ contra os Estados Unidos, outros veem a participação nos grupos como uma maneira de sobreviver frente à alta taxa de desemprego do país (HUMAN RIGHTS WATCH, 2005).

A Human Rights Watch (2005) divide os grupos insurgentes em três categorias:

- i. O primeiro grupo é formado por árabes sunitas que buscam o governo de acordo com as tradições antigas do Islã. Seus membros extremistas são os que chamam mais atenção devido a operações que mataram muitos civis. Entre esses grupos iraquianos, estão o Ansar al-Islam (Apoiadores do Islã), Ansar al-Sunna (Apoiadores dos Sunitas) e a Al-Qaeda no Iraque. Essas organizações têm reivindicado a responsabilidade por atentados por carros-bomba e ataques suicidas em áreas civis movimentadas, pelo sequestro de empresários e jornalistas e pela execução de policiais iraquianos e soldados das forças de ocupação. Buscam o islamismo puro, baseado na interpretação literal do Alcorão

⁴⁹ Vale ressaltar que os árabes sunitas não são um grupo de ideologia única e organizada. Eles não são completamente pró-Saddam Hussein, diferentemente do que imaginado pelos EUA (HASHIM, 2006).

⁵⁰ *Jihad* é um termo que significa luta, esforço. É entendida como uma luta para construir uma boa sociedade muçulmana e para defender o Islã, inclusive pelo uso da força. O termo denota uma guerra santa contra os que não acreditam no islamismo.

e o conflito armado seria uma *jihad* contra o imperialismo e agressão militar dos Estados Unidos e seus aliados;

- ii. O segundo grupo é relacionado ao governo de Saddam Hussein e ao Partido Ba'ath. Não são responsáveis por muitos ataques a civis, mirando mais as forças governamentais e coalizão que ocupa o país;
- iii. O terceiro grupo, por sua vez, é chamado de sunita nacionalista. É formado por árabes sunitas que desejam expulsar as forças externas do Iraque, mas que não são ligados ao Partido Ba'ath. Se limitam a atacar alvos militares, na maioria das vezes.

A maioria dos grupos acredita que todos os meios são legítimos para libertar o Iraque das forças de ocupação, conseqüentemente, qualquer pessoa relacionada ao governo ou às forças norte-americanas está sujeita a ataques. A maioria dos atentados suicidas que possuem civis como alvo acontecem em mesquitas xiitas, igrejas cristãs e instituições curdas. Membros do governo interino também são alvos dessas operações, inclusive iraquianos tidos como colaboradores das forças de ocupação e membros de organizações internacionais e ONGs, até mesmo as que estavam presentes no país antes de 2003⁵¹. A escolha desses últimos alvos se fundamenta no ressentimento nacional devido ao colapso do padrão de vida confortável do país em meio às sanções impostas pelo CSNU na época da Guerra do Golfo, no começo dos anos 1990 (HASHIM, 2006).

Os atentados terroristas começaram a se intensificar a partir de maio 2003, mês em que 5 soldados morreram e 22 ficaram feridos. Em junho, houve 20 mortos e 39 feridos. As forças de ocupação responderam com ataques e algumas operações de busca, afirmando que não haviam previsto a possibilidade de resistência tão perspicaz e organizada como a iraquiana. Esse despreparo e o relativo desprezo a manifestações iniciais dos grupos fez com que esses o movimento de resistência se fortalecesse, tornando-se forças de insurgência no país (HOFFMAN, 2004).

Em julho de 2003, muitos grupos viam com desdém a instituição do IGC. A organização não gerou grandes mudanças na restauração da ordem e soberania do país, além de ser composta principalmente por árabes xiitas. Além disso, a morte dos dois filhos de Saddam Hussein num ataque aéreo na cidade de Mosul, no mesmo mês, foi um

⁵¹ Um dos ataques mais emblemáticos aconteceu em 7 de agosto de 2003, quando um caminhão-bomba foi detonado em frente à sede da ONU em Bagdá. Pelo menos vinte funcionários da organização morreram, inclusive o brasileiro Sérgio Vieira de Mello, que chefiava a missão no país (TOP..., 2003).

fator decisivo para o aumento das hostilidades. Em dezembro do mesmo ano, Saddam Hussein foi capturado perto de Tikrit, sua cidade natal ao norte do país. O governo norte-americano esperava que a captura fosse transformar as forças insurgentes em nacionalistas, acabando com o grupo pró-Partido Ba'ath. Nada disso aconteceu e houve uma escalada da violência no país (HASHIM, 2006).

Em junho de 2004, o IGC e a CPA foram dissolvidos. A partir de então, um governo interino aliado aos Estados Unidos foi instituído no país, com o árabe xiita Iyad Allawi como Primeiro Ministro. Embora a soberania tivesse sido devolvida aos iraquianos, 2004 foi um ano particularmente violento. Houve aumento no número de sequestros de civis e de atentados suicidas devido ao estabelecimento de um governo árabe xiita e à continuação das tropas de ocupação no Iraque (ANDERSON, 2005).

3.3 As eleições de 2005

Em 30 de janeiro de 2005, os iraquianos foram às urnas para eleger os 275 membros da Assembleia Transicional Nacional, órgão que seria responsável por elaborar a Constituição do país. Três partidos concorreram: a Aliança Unida Iraquiana (AUI), que agrupava os principais líderes xiitas no país, com exceção do Primeiro Ministro Ayad Allawi; a Aliança do Curdistão; e a Lista Iraquiana, coalizão xiita liderada pelo então Primeiro Ministro do país (IRAQI..., 2005).

As semanas que antecederam as eleições foram marcadas pela violência de grupos sunitas, com vários atentados suicidas e assassinatos, inclusive do governador da província de Bagdá. Apesar do clima hostil, as eleições ocorreram com relativo sucesso e com poucas denúncias de manipulação de votos. Os sunitas árabes boicotaram a eleição e somente 60% dos eleitores votaram, totalizando 8,5 milhões de pessoas. Esse boicote foi refletido diretamente na composição da assembleia constituinte, que foi formada principalmente por xiitas árabes. Os principais vencedores foram a AUI (48,3%) e a Aliança do Curdistão (25,7%). A Lista Iraquiana obteve somente 13,8% dos votos (ALLAWI, 2007). Os assentos da Assembleia foram distribuídos proporcionalmente à quantidade de votos de cada partido.

Em 7 abril de 2005, a Assembleia Transicional Nacional nomeou Jalal Talabani, da União Patriótica do Curdistão, como Presidente e Ibrahim al-Jaafari, da AUI, como

Primeiro Ministro do Iraque. Sua eleição teve muita significância e simbolismo, já que Jaafari era o líder do antigo Partido Da'awa, grupo alinhado ao regime xiita do Irã e que representava o principal inimigo histórico de Saddam Hussein. De acordo com Robin Wright (2005), essa escolha esbarrou nos interesses dos Estados Unidos, que não almejavam um Iraque aliado ao Irã, país com regime hostil aos valores norte-americanos de democracia e liberdade.

Após o trabalho da Assembleia Transicional Nacional, a ratificação da Constituição do Iraque ocorreu em 15 de outubro de 2005. Exatamente dois meses depois, os cidadãos iraquianos foram às urnas para eleger os membros do Conselho de Representantes para um mandato de quatro anos. Após uma estratégia para melhorar a representação sunita no governo⁵², quase 80% dos eleitores compareceram às urnas e não houve boicote. Além disso, o país não passava por grandes hostilidades no momento, levando Bush a apontar as eleições de 15 de dezembro de 2005 como um sinal de progresso na construção da democracia do Iraque (STEELE, 2005).

A AUI foi o partido que mais obteve votos e ocupou 128 assentos no Conselho de Representantes. Deste modo, o parlamento decidiu que o Primeiro Ministro Ibrahim al-Jaafari continuaria no cargo por mais quatro anos. Essa decisão contrariava mais uma vez a administração Bush, que não desejava a permanência de um líder iraquiano alinhado ao governo do Irã por mais quatro anos (WONG, 2006).

3.4 A escalada da violência sectária e a nova estratégia norte-americana

Os meses seguintes às eleições de dezembro de 2005 foram marcados por levantes internos e grande aumento de ataques por parte de grupos árabes sunitas, com atentados suicidas chegando a matar centenas de pessoas por dia. O principal motivo dessa escalada de violência era a falta de representatividade dos árabes sunitas nas negociações da formação do novo governo, que eram liderados por uma aliança entre árabes xiitas e curdos (OPPEL JR.; O'NEIL, 2006).

⁵² Buscando diminuir a possibilidade de boicote dos árabes sunitas, cada província contava com um número de assentos pré-determinado para o novo Conselho de Representantes, proporcionalmente à sua quantidade de habitantes. De um total de 275 cadeiras, 230 delas foram distribuídas desta forma. Além disso, havia 45 lugares "compensatórios" para as entidades que não ganharam assentos provinciais, mas que receberam votos em todo o país (KATZMAN, 2006).

O clima cada vez mais hostil no Iraque fez com que o Primeiro Ministro Ibrahim al-Jaafari passasse a ser associado com a incapacidade do governo, de acabar com a violência interna e melhorar os serviços públicos do país. Por esse motivo, os grupos minoritários do parlamento se recusaram à continuação de seu mandato, o que gerou um impasse no Conselho de Representantes. Após um período de relutância, Jaafari deixou o cargo em maio de 2006 (HARDY, 2006). Em seu lugar, foi eleito Nouri al-Maliki, um árabe xiita com reputação de ser independente do regime iraniano (IGNATIUS, 2006).

Os anos de 2006 e 2007 são caracterizados por altos níveis de violência sectária no Iraque. Em 22 fevereiro de 2006, um atentado à mesquita de al-Askari, um dos lugares mais sagrados para os islâmicos xiitas, deixou centenas de mortos. Esse ataque foi atribuído ao grupo de orientação sunita Al-Qaeda no Iraque e gerou intensas retaliações de grupos xiitas nos dias seguintes. Milhares de pessoas morreram na mesma semana do atentado (WORTH, 2006).

A crescente violência era impulsionada pelo aumento da polarização da sociedade iraquiana, somada a um governo e forças de segurança fracas. As ações de grupos sectários e de organizações terroristas se intensificaram durante os meses seguintes, até que o governo norte-americano afirmou que a situação possuía alguns elementos de guerra civil, como o endurecimento das diferenças sectárias e os deslocamentos de parte da população (ELEMENTS..., 2007). Em 2006, mais de 34 mil civis iraquianos morreram devido a esses ataques (OVER..., 2007). Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), havia mais de 1,5 milhões de refugiados iraquianos em 2006 (ACNUR, 2006). Em 2008, esse número era de 4,8 milhões, o equivalente a 16% da população do país. A organização afirmou que a situação de guerra civil produziu o maior movimento de refugiados desde a criação do Estado de Israel, em 1948 (ACNUR, 2008).

Em resposta ao clima de hostilidade no país, Bush lançou uma nova estratégia de ação no Iraque em janeiro de 2007, que ficou conhecida como *The Surge* (EISENSTADT, 2010). Mais vinte mil soldados foram enviados para reforçar a segurança em Bagdá, principal cidade afetada pela insurgência interna. A ideia era estabilizar o país por meio da mudança de foco dos militares, que iriam ajudar a proteger a população local e a fortalecer a segurança na região. Assim, seria possível oferecer condições propícias para a reconciliação entre os grupos sectários do país (CORDESMAN, 2007). Essa

estratégia conseguiu diminuir a hostilidade contra civis já no início de 2008, gerando uma relativa estabilidade em comparação à situação de guerra civil dos anos anteriores. Os principais indicadores de violência, como números de ataques e mortes de civis iraquianos, voltaram aos níveis baixos de 2003. Após esse êxito, o *The Surge* foi declarado encerrado em julho de 2008 (KATZMAN, 2009).

Em se tratando do governo de Al-Maliki durante 2006 e 2007, nota-se que há um compromisso com a democracia, mas suas ações são dificultadas pela falta de segurança e corrupção generalizadas. Em novembro de 2006, o Alto Tribunal Iraquiano divulgou a sentença oficial que condenava Saddam Hussein à pena de morte por crimes contra a humanidade. Em 30 dezembro de 2006, o ex-líder iraquiano foi executado (FREEDOM HOUSE, 2007).

O relatório da Freedom House (2008) afirma que a participação política dos árabes sunitas aumentou ao longo de 2008. No mesmo ano, os Estados Unidos obtiveram sucesso ao conseguir cooperação de diversas forças tribais para fazer frente aos ataques da Al-Qaeda à população xiita no Iraque. Entretanto, o governo iraquiano permaneceu incapaz de fornecer segurança e outros serviços essenciais à sua população.

3.5 A retirada das tropas

Com a diminuição da violência obtida pelo sucesso da estratégia *The Surge*, o Congresso norte-americano aprovou uma lei no fim de 2007, estabelecendo um prazo para a retirada das tropas. Esse projeto foi vetado pelo presidente Bush logo depois, mas denota a ânsia da opinião pública pelo fim das operações no Iraque. Em dezembro de 2008, os Estados Unidos assinaram um acordo bilateral com o governo iraquiano que previa a retirada completa das tropas americanas do país até 31 de dezembro de 2011 (DESCH, 2010).

Ao tomar posse em janeiro de 2009, Barack Obama seguiu a sua promessa de campanha de acabar com a guerra do Iraque. Em 27 de fevereiro de 2009, o presidente anunciou que pretendia retirar as tropas norte-americanas de combate do país até agosto de 2010. Após essa data, haveria uma presença residual de 35 a 50 mil dos 142 mil soldados, principalmente para treinar a força de segurança iraquiana e realizar missões de terrorismo contra a Al-Qaeda no Iraque, grupo terrorista que se tornava cada vez mais

ativo. Esses últimos iriam se retirar aos poucos do país até dezembro de 2011, prazo combinado pelo acordo entre o governo Bush e o Iraque (KATZMAN, 2009).

Essa estratégia de retirada gradual das tropas se justifica pelo receio em encorajar os insurgentes a aumentarem suas atividades após o fim da presença norte-americana no país. Com uma única data definida para a saída das tropas, os tomadores de decisão cogitavam que seria muito provável ter um aumento exponencial da violência após o fim da presença militar no país (SKY, 2011).

Embora houvesse diminuição contínua da violência no país, principalmente por meio do treinamento das forças de segurança iraquianas pelas tropas dos Estados Unidos, parte da elite iraquiana criticava a decisão da retirada das tropas. Para o seletivo grupo, a administração Obama estava mais focada em sair do Iraque do que em apoiar a tentativa de construção de um sistema democrático de governo. Segundo Sky (2011), já havia uma inquietação sobre a estabilidade doméstica e o alcance das aspirações democráticas após a retirada completa das tropas do país. O governo de Obama respondia afirmando que somente os iraquianos poderiam resolver seus problemas subjacentes, como as tensões étnico-religiosas do país e a estabilização do novo regime.

Entretanto, as críticas iraquianas não sobrepujavam a pressão que a opinião pública e Congresso norte-americanos exercia sobre a administração Obama. A guerra no Iraque era cada vez mais criticada, principalmente após a comprovação de que não havia armas de destruição em massa no país e o aumento da violência entre os anos de 2006 e 2007. Assim, o plano de retirada de tropas foi cumprido e o último comboio de soldados norte-americanos deixou o Iraque em 18 de dezembro de 2011 (LOGAN, 2011).

As inquietações da elite iraquiana eram justificadas. As instituições democráticas do governo revelavam fragilidade, principalmente após as eleições parlamentares de 2010, que foi alvo de alegações de fraude e controvérsias envolvendo o banimento de quase 500 candidatos, a maioria deles árabes sunitas. A comissão eleitoral responsável por essa decisão declarou que alguns dos nomes banidos tinham ligação com o partido Ba'ath, que foi liderado por Saddam Hussein (CHULOV, 2010). Após formado⁵³, o

⁵³ Após a eleição, nenhum partido conseguiu ficar com a maioria dos assentos do parlamento. O Movimento Nacional iraquiano, liderado pelo ex-primeiro-ministro interino Ayad Allawi, ficou com 91 assentos. Já a coalizão liderada pelo Primeiro Ministro Nouri Al-Maliki, conseguiu o segundo maior número de votos, levando 89 assentos. (FAIRFIELD; TSE, 2010).

novo parlamento reelegeram Jalal Talabani como presidente e Al-Maliki como Primeiro Ministro.

Embora as eleições provinciais de 2009 tivessem aumentado a representação de árabes sunitas nos governos locais, o governo reeleito em 2010 acabou restaurando o atrito entre os grupos étnico-religiosos. Havia frequentes acusações do Primeiro Ministro a membros do partido Ba'ath por atentados a civis. Além disso, os dois maiores partidos do Conselho de Representantes buscavam incessantemente obter uma maioria no parlamento para formar um governo de coalizão, e isso não aconteceu (SKY, 2011).

Além da instabilidade institucional, havia a questão da hostilidade entre grupos sectários. Embora os atentados a civis tenham diminuído nos últimos anos de presença norte-americana no país, ainda havia uma ameaça de grupos insurgentes entre árabes sunitas e árabes xiitas, que continuavam a atacar os funcionários do governo e das forças de segurança. Na época da retirada das tropas, o governo iraquiano afirmava que poderiam conter a violência desses grupos. Mas como afirmado por Logan (2011), faltavam capacidades nas áreas de defesa aérea e inteligência.

3.6 Situação atual (2011 – 2014)

A violência interna no Iraque aumentou imediatamente após a retirada das tropas norte-americanas do país. Desde janeiro de 2012, houve diversos ataques a civis por parte dos grupos que tinham sido aparentemente pacificados com a presença militar dos Estados Unidos. Com o fim da operação, as tensões entre sunitas e xiitas, curdos e árabes, mulçumanos e cristãos irromperam novamente frente ao despreparo da força de segurança iraquiana e à instabilidade institucional do país.

O ano de 2012 não foi o início de uma época de desenvolvimento contínuo da democracia e de estabilidade interna, como seria esperado após a devolução da soberania para um país-alvo de um FIRC. Os líderes iraquianos não souberam lidar com os problemas domésticos, que foram acentuados pelo crescente clima hostil e pela inconstância política do governo, que contava com profundas divisões internas. Deste modo, houve um agravamento das tensões entre o governo central e os grupos que se sentem marginalizados pelo sistema político: facções árabes sunitas e curdas ameaçam

romper com o governo central desde o início de 2012 (CORDESMAN; KHAZAI, 2012).

O governo do Primeiro Ministro Al-Maliki deveria ter inaugurado uma era política de inclusão e reconciliação interna. Entretanto, a maioria árabe sunita que conduziu o Iraque na época de Saddam Hussein ainda se encontra econômica e politicamente à mercê do governo árabe xiita. A inclusão não se materializou e o ressentimento dos árabes sunitas gerou um clima político de secessão interna, com frequentes ataques à civis e alvos do governo (HOLMES, 2014).

Segundo estimativas da Missão de Assistência das Nações Unidas para o Iraque (UNAMI), 3238 civis foram mortos pela violência armada e em ataques terroristas no país em 2012. Em 2013, esse número subiu para 7818, um índice comparável aos níveis de 2008, durante o período de guerra civil no país (UNAMI, 2014). Holmes (2014) ressalta que esse aumento maior do que 100% no número de civis mortos pela violência interna é em parte explicado pelas respostas mais truculentas do governo de maioria árabe xiita contra manifestantes sunitas.

De acordo com a UNAMI (2014), 2879 civis morreram entre janeiro e maio de 2014. Esse alto número ilustra as atividades do grupo Estado Islâmico do Iraque e do Levante (EIIL), movimento adepto da *jihad* que atua no Iraque e na Síria, além de ser o principal grupo de oposição iraquiano. O EIIL foi formado em abril de 2013 por insurgentes árabes sunitas e conta com antigos combatentes experientes que já lutaram em países como Afeganistão, Líbia e Iêmen. O grupo é uma ramificação da Al-Qaeda no Iraque e é conhecido por empreender ataques violentos a civis, por meio de carros-bomba, atentados suicidas e assassinatos (OTTAVIANI, 2014).

A partir de dezembro de 2013, houve um aumento nos protestos de árabes sunitas contra o que eles percebem como discriminação do líderes árabes xiitas, afirmando que são alvo de medidas antiterrorismo por parte do governo central, mesmo não pertencendo a grupos jihadistas (CIVILIAN..., 2014). O EIIL aproveitou essa crescente tensão e assumiu o controle de Fallujah em janeiro de 2014, cidade predominantemente árabe sunita e localizada a 60 km ao oeste de Bagdá. A partir de então, o grupo estendeu seu domínio pelas cidades de Ramadi, Tikrit e Mossul, que é a terceira maior do Iraque. Além disso, o grupo EIIL também já controla várias cidades perto da fronteira com a

Turquia e a Síria. A ideia do movimento é estabelecer um califado que englobe o território entre Bagdá e a Síria (PROFILE..., 2014).

Frente à possível tomada de Bagdá pelo EIIL e à incapacidade dos líderes iraquianos de lidar com a situação, o Irã anunciou o envio de soldados para o Iraque com o intuito de ajudar o governo a enfrentar os militantes. Barack Obama afirmou que o aumento das atividades do EIIL é uma ameaça ainda maior à estabilidade do Oriente Médio. Em 14 de junho de 2014, os Estados Unidos avisaram que estavam enviando navios de guerra para a região do Golfo como opção militar caso a situação no país se deteriore mais ainda (CHULOV, 2014).

Em abril de 2014, ocorreram as primeiras eleições parlamentares desde a retirada completa das tropas norte-americanas. As semanas que antecederam o evento foram muito violentas, principalmente devido a ações do EIIL. O resultado final será divulgado somente em julho, após a recontagem dos votos demandada pela oposição do país, que fez várias acusações de fraude. Entretanto, o resultado preliminar afirma que o partido do Primeiro Ministro Al-Maliki foi o mais votado, ganhando 92 assentos do Conselho de Representantes – que possui 328 membros. Os partidos rivais levaram menos de 30 lugares no parlamento (SLY, 2014). Assim, é bem possível que o atual Primeiro Ministro adquira um papel preponderante na formação do novo governo. Entretanto, isso não implica necessariamente uma reeleição para um terceiro mandato devido à insatisfação dos outros partidos com as ações de Al-Maliki na liderança do país (AL-SALHY; OTTEN, 2014)

3.7 Conclusões preliminares

Em 2013, a Freedom House (2013) classificou o Iraque com o índice 6, que denota um status não-livre em liberdades civis e direitos políticos. No ano anterior, o país possuía um índice 5 no mesmo estudo e essa piora na classificação é explicada principalmente pela concentração de poder do Primeiro Ministro Al-Maliki. Além disso, houve um aumento da pressão sobre a oposição política, exemplificada pela prisão e condenação à

morte do vice-presidente Tariq al-Hashimi, principal líder sunita que agora vive exilado na Turquia⁵⁴.

O relatório da Freedom House demonstra que o FIRC não propiciou melhora significativa na liberdade do Iraque. Em 2002, o país também era cotado como não-livre, com índice 7 (FREEDOM HOUSE, 2002). O índice Polity⁵⁵ (2013), por sua vez, corrobora o fato de que o Iraque não alcançou uma democracia completa, apesar de terem ocorrido melhoras em relação ao nível de liberalização em comparação ao período anterior a 2003:

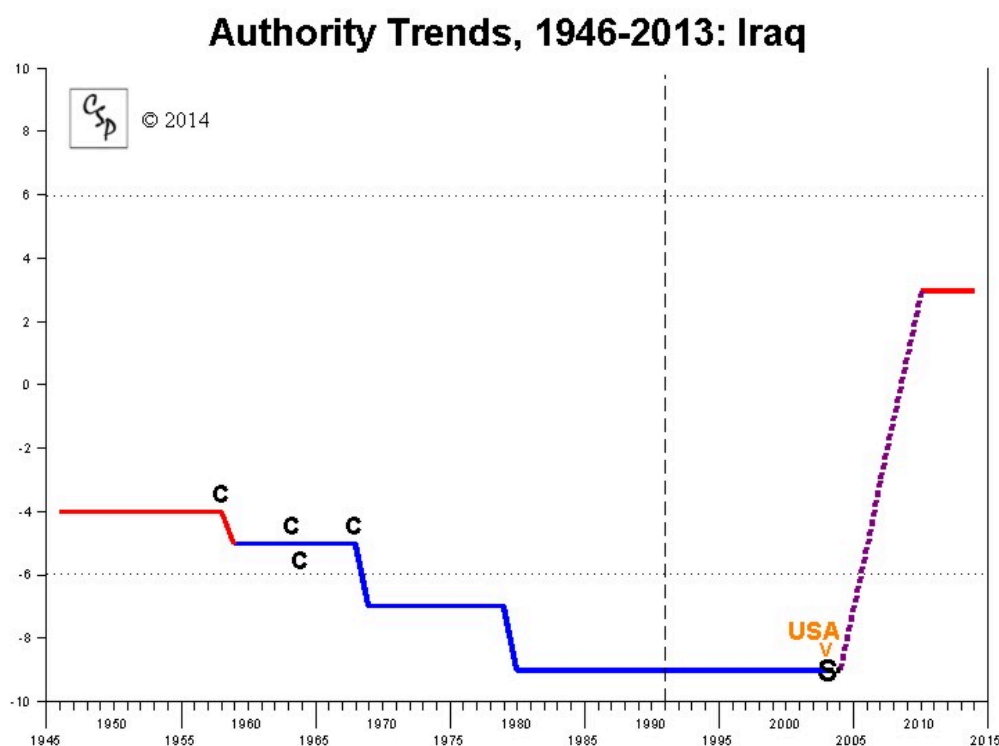


Gráfico 2 - Tendências autoritárias no Iraque (1946-2013). Fonte: POLITY IV PROJECT, 2013.

⁵⁴ Em setembro de 2012, Al-Hashimi foi julgado e condenado à morte pela Corte Criminal do Iraque. A principal acusação era o planejamento de atentados terroristas a civis e a alvos árabes xiitas no país (FREEDOM HOUSE, 2013).

⁵⁵ Como já mencionado no primeiro capítulo deste trabalho, o Polity é um índice que mede o nível de democracia em todos os Estados independentes com mais de meio milhão de habitantes, avaliando a competitividade, transparência e nível de participação dos regimes. O índice utiliza uma escala que varia de -10 a +10, sendo que -10 a -6 corresponde a autocracias, -5 a 5 a anocracias, e de 6 a 10 para as democracias.

Neste gráfico, regimes democráticos são localizados do ponto +6 para cima nas retas verticais. Já autocracias são situadas a partir do ponto -6 para baixo. Portanto, o Iraque era uma autocracia estável entre 1980 (começo da Guerra Irã-Iraque) e 2003, representado pela linha contínua em azul. Com a derrubada do regime de Saddam Hussein, inaugurou-se um período de instabilidade, mas com a melhoria contínua do nível de liberalização do país – representado pela linha tracejada em roxo. O ano de 2010 marca o início de um período de divisões internas entre as facções e partidos políticos, demonstrando a fragilidade institucional da democracia do país.

Com base na literatura dos FIRC, o fracasso da imposição de democracia no Iraque pode ser explicado por dois conjuntos de variáveis: as que são relacionadas à estratégia de exportação de democracia em si e os fatores domésticos do país-alvo.

O primeiro grupo de variáveis abarca a presença ativa do interventor na rápida construção institucional do país-alvo (ENTERLINE; GREIG, 2008) e um alto nível de esforço (recursos e comprometimento) investidos na operação (DOBINS et al., 2003). No caso do Iraque, observa-se uma presença ativa dos Estados Unidos após a ocupação em março de 2003, embora não tenham se preparado para lidar com os primeiros levantes internos por parte de grupos árabes sunitas. Esse despreparo inicial abriu caminho para a formação de uma insurgência interna que atingiu níveis de guerra civil em 2006 e 2007. A construção de instituições democráticas não demorou muito, mas o sistema recém-criado se tornou cada vez mais instável após a retirada das tropas norte-americanas, em dezembro de 2011.

O governo Bush demonstrou alto nível de comprometimento e esforços para fazer com que o FIRC no Iraque alcançasse um sucesso. Isso é percebido em estratégias como o *The Surge* e em treinamentos para as forças de segurança iraquianas antes da retirada das tropas. A operação era uma aplicação prática da doutrina de política externa que serviu como resposta ao 11 de setembro e o seu sucesso representaria o acerto estratégico dos tomadores de decisão da administração Bush. De acordo com um estudo da Universidade de Brown, a guerra no Iraque custou mais de 2 trilhões de dólares aos Estados Unidos (WATSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES, 2013).

Além disso, o governo norte-americano manteve uma quantidade de 150 mil soldados em solo iraquiano, número que aumentou para quase 200 mil durante o *The Surge* (IRAQ..., 2011). Desses, 4424 militares morreram em decorrência da operação, de acordo com o Departamento de Defesa dos Estados Unidos (2014). Essas estatísticas demonstram o empenho do governo Bush para exportar uma democracia eficaz para o Iraque. Vale ressaltar que o custo do envolvimento norte-americano nos Bálcãs não passou dos 50 bilhões de dólares (REA, 2000), quantidade pequena se comparada ao que foi gasto na invasão e ocupação do Iraque.

Apesar da presença ativa dos Estados Unidos e da alta quantidade de recursos investidos no FIRC, o conjunto de variáveis relacionadas à condição doméstica do país-alvo se tornou preponderante em importância. Esses fatores são os principais responsáveis pelo fracasso da tentativa de democratizar o país pelo uso da força.

Como demonstrado nesta seção, a sociedade iraquiana é caracterizada por divisões étnico-religiosas, entre árabes e curdos, sunitas e xiitas, cristãos e muçulmanos. De acordo com as ideias de Enterline e Greig (2008), esse alto nível de fragmentação gera clivagens sociais que são propensas a desafiar a manutenção da democracia recém-instituída. Os diferentes grupos tendem a competir entre si por influência política e acesso prioritário a recursos naturais e econômicos no país, o que gera instabilidade no governo imposto. No caso iraquiano, o governo de maioria árabe xiita passou a dificultar a representação política dos árabes sunitas, com o receio de voltarem à situação política do governo de Saddam Hussein. Após a retirada das tropas, houve uma concentração ainda maior do poder e um aumento na perseguição da oposição.

Downes e Monten (2010) argumentam que a prosperidade econômica (medida em termos de PIB per capita) é capaz de mitigar o efeito negativo da fragmentação étnico-religiosa e aumentar a probabilidade de sobrevivência do regime democrático. Nessa mesma ótica, Enterline e Greig (2008) afirmam que isso acontece por meio da expansão do acesso a recursos a uma maior parcela da população. Além disso, os autores defendem que a prosperidade econômica aumenta a capacidade do governo de se comprometer a mitigar os conflitos internos e a criar incentivos para que esses grupos possam resolver suas disputas com o respaldo do sistema político do país (ENTERLINE; GREIG, 2008).

Entretanto, a economia iraquiana adentrou uma crise durante a década de 1990 devido à Guerra do Golfo e às sanções impostas pela ONU. Isso gerou uma deterioração dos serviços públicos e taxas negativas de variação do PIB. O gráfico abaixo demonstra essa estagnação econômica na década de 1990:

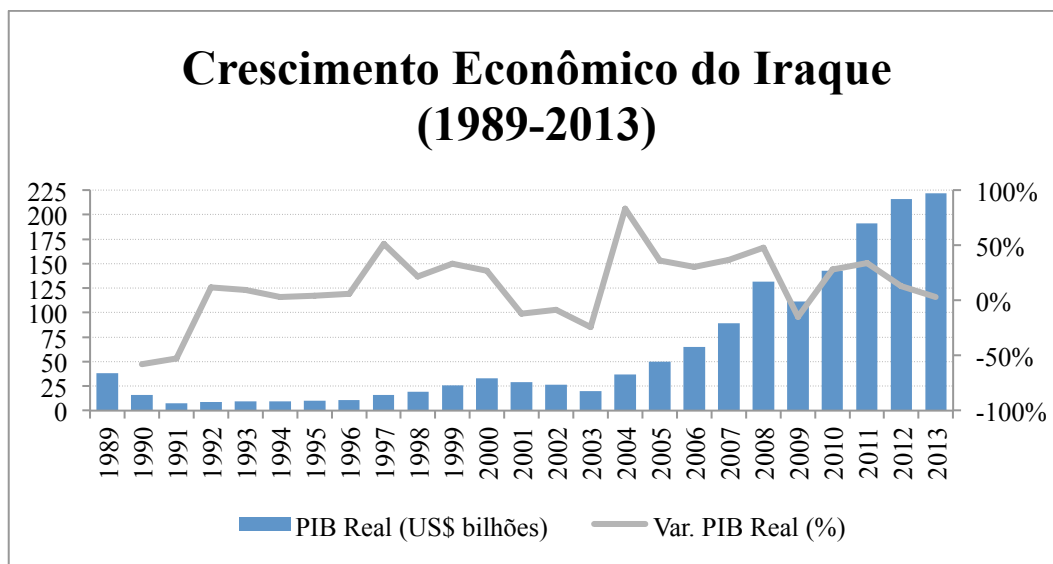


Gráfico 3 - Crescimento Econômico do Iraque (1989-2013). Fonte: Central Intelligence Agency (2014).

O gráfico também demonstra que houve uma melhoria na economia do país a partir de 2003. Entretanto, ao analisar o desenvolvimento do PIB per capita a partir do começo da Operação Liberdade do Iraque, observa-se que a população iraquiana ainda enfrenta baixos índices de pobreza:

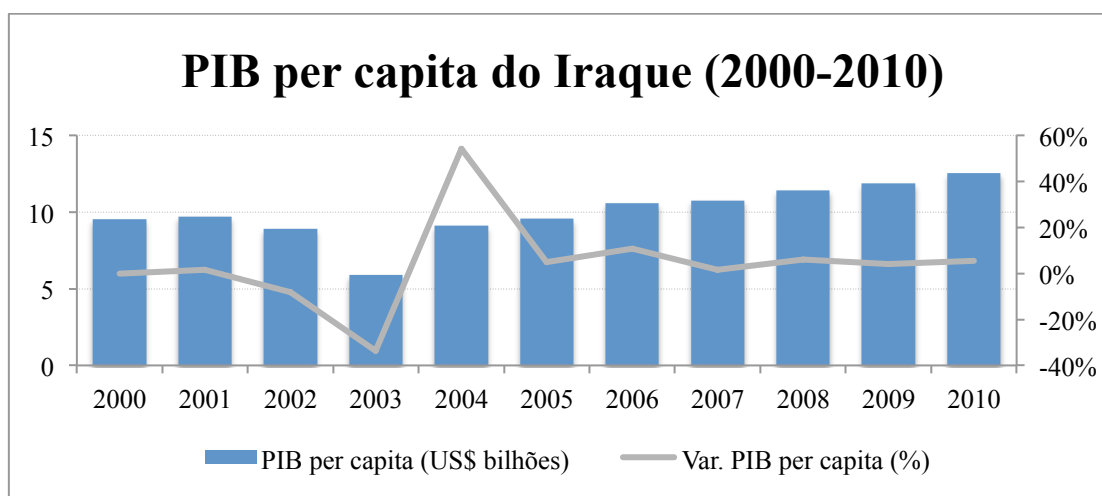


Gráfico 4 - PIB per capita do Iraque (2000 - 2010). Fonte: Banco Mundial (2014).

Em 2013, o Iraque ficou na 141^a posição em relação PIB per capita dos países do mundo. E isso demonstra que ele não possui altos índices de prosperidade econômica, o que facilitaria o estabelecimento de uma democracia estável de acordo com a literatura dos FIRC.

A experiência prévia com a democracia é outra questão elucidada pelos estudos apresentados no primeiro capítulo deste trabalho. Downes e Monten (2010) afirmam que a experiência prévia com a democracia do país-alvo facilita o sucesso do FIRC, uma vez que a população já seria mais aberta às ideias do novo regime. No entanto, o Iraque sempre tinha sido governado por regimes autoritários até 2003. Assim, parte significativa da população não deseja um sistema democrático de governo e isso é observado pela insurgência interna de grupos contrários ao FIRC no país.

Deste modo, as particularidades domésticas do Iraque dificultaram o sucesso do FIRC instalado no país. De acordo com essa literatura, apesar dos esforços e da presença ativa do governo Bush na reconstrução institucional, as divisões internas e a decadência econômica do Iraque se sobrepuseram à estratégia norte-americana, impedindo o estabelecimento de uma democracia. A falta de experiência prévia com um regime democrático também influenciou o fracasso do FIRC iraquiano.

Conclusão

Retomando o que foi exposto pelo presente trabalho, podemos afirmar que a invasão do Iraque sempre possuiu o objetivo de instalar uma democracia no país, embora esta motivação tenha sido reforçada na segunda administração Bush. Essa operação, que ficou conhecida como Operação Liberdade do Iraque, é uma aplicação prática da Doutrina Bush, resposta estratégica do governo norte-americano aos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001.

Após ficar clara a inexistência de armas de destruição em massa em solo iraquiano em 2004, a retórica dos tomadores de decisão do governo Bush passou a reafirmar e enfatizar a exportação de democracia como o principal instrumento para lidar com a ameaça do terrorismo. De acordo com as ideias da política externa de Bush, um mundo democrático é mais seguro, porque democracias não lutam entre si, além de ser mais interessante para a prosperidade econômica norte-americana. Todos os povos do mundo anseiam por regimes democráticos e é papel dos Estados Unidos levar a democracia a esses países. Além disso, regimes democráticos não apoiam grupos terroristas e nem fornecem armas de destruição em massa para eles, devido a mecanismos de transparência e *accountability* (CASTRO SANTOS, 2010).

Nesse contexto, a tentativa de um FIRC democrático no Iraque representa a operacionalização da estratégia norte-americana contra os *rogue states*. O presente trabalho analisou o surgimento dessa estratégia e demonstrou o empenho do governo Bush para que se alcançasse sucesso na Operação Liberdade do Iraque. Estatísticas comprovam a alta quantidade de recursos financeiros que foram gastos na invasão e ocupação do país, que contou com um elevado número de tropas se comparado aos números de operações norte-americanas, por exemplo nos Bálcãs e no Haiti. Além disso, os Estados Unidos estiveram presentes ativamente após a derrubada do regime de Saddam Hussein, com o intuito de ajudar a estabelecer novas instituições de uma maneira rápida. O governo Bush não se mostrou preparado o suficiente para lidar com os primeiros levantes de grupos árabes sunitas no país. Entretanto, o sucesso da estratégia *The Surge* (2007) demonstrou o comprometimento da administração Bush em mitigar a situação de guerra civil no Iraque.

Apesar do empenho norte-americano de instaurar um regime democrático de sucesso no Iraque, este trabalho demonstrou que fatores domésticos do país-alvo foram os

principais responsáveis pelo fracasso do FIRC iraquiano. A literatura utilizada como referencial teórico elucidada que a unidade étnico-religiosa, prosperidade econômica e experiência prévia com a democracia são variáveis que aumentam a probabilidade de se instituir uma democracia plena e de alta qualidade no país-alvo. Entretanto, o contexto iraquiano não atende a nenhuma dessas pré-condições.

O estudo de caso elucidou a fragmentação étnico-religiosa do Iraque, entre árabes e curdos, sunitas e xiitas, cristãos e muçulmanos. A partir de 2003, o país foi alvo de ataques de grupos contrários ao governo e à ocupação norte-americana. Os árabes sunitas se sentiam excluídos do regime de maioria árabe xiita que governava o país. Esses atentados aumentaram em número e intensidade após a retirada completa das tropas norte-americanas do território iraquiano, ocorrida em dezembro de 2011.

Além disso, o Iraque passa por um período de decadência econômica desde a década de 1990, devido à Guerra do Golfo e às sanções do CSNU. O país também nunca foi governado democraticamente antes de 2003. Esses fatores estão em consonância com o que é defendido por Downes e Monten (2013): os efeitos da intervenção democrática mudam de acordo com o nível de desenvolvimento econômico e heterogeneidade étnica no país-alvo. Países relativamente pobres e fragmentados etnicamente não passam por melhoras significativas no índice Polity após um FIRC. Já Estados mais ricos e com unidade étnica recebem um impulso na sua trajetória democrática após uma imposição de regime por uma democracia externa (DOWNES; MONTEN, 2013).

A democracia no Iraque está cada vez mais instável e o poder, cada vez mais concentrado nas mãos do Primeiro Ministro Al-Maliki. Além disso, nas últimas semanas, o país está sendo ameaçado pelo avanço na tomada do poder pelo EIIL, cada vez mais perto de dominar a capital do país. Essa instabilidade demonstra a baixa qualidade do regime que foi imposto pelos Estados Unidos a partir de 2003.

Os tomadores de decisão norte-americanos deveriam ter se guiado menos por suas crenças e princípios que asseguravam a universalidade dos valores democráticos e mais em uma avaliação criteriosa das particularidades domésticas do país. Nem o comprometimento e recursos do governo Bush foram suficientes para evitar o fracasso.

Referências Bibliográficas

ALLAWI, Ali A. **The occupation of Iraq**: winning the war, losing the peace. New Haven and London: Yale University Press, 2007.

AL-SALHY, Suad; OTTEN, Cathy. Uncertainty as Iraq election results revealed. **Al Jazeera**, Bagdá, 26 mai. 2014. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/news/middleeast/2014/05/uncertainty-as-iraq-election-results-revealed-201452611145311548.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. A ordem internacional assimétrica e a reforma da ONU: uma perspectiva histórica, MENEZES, Wagner (org.), **Estudos de Direito Internacional**, v. 5, p. 236-252, Curitiba: Editora Juruá, 2005.

ALTO COMISSARIADO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA OS REFUGIADOS (ACNUR). **UNHCR worried about effect of dire security situation on Iraq's displaced**. 13 out. 2013. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/news/NEWS/452fa9954.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Iraq**: Latest return survey shows few intending to go home soon. 29 abr. 2008. Disponível em: <<http://www.unhcr.org/4816ef534.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

ANDERSON, Jon Lee. A man of the shadows: Can Iyad Allawi hold Iraq together? **The New Yorker**, 24 jan. 2005. Disponível em: <http://www.newyorker.com/archive/2005/01/24/050124fa_fact1>. Acesso em: 21 jun. 2014.

ANDERSON, Liam; STANSFIELD, Gareth. **The Future of Iraq**: Dictatorship, democracy or division?. New York: Palgrave Macmillan, 2004.

ARANGO, Tim; ADNAN, Duraid. Militants Pose Threat on Eve of National Elections in Iraq. **The New York Times**, Bagdá, 28 abr. 2014. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2014/04/29/world/middleeast/iraq-prepares-for-national-elections-in-the-shadow-of-militant-threats.html?_r=0>. Acesso em: 21 jun. 2014.

AUSTRALIA. **The War in Iraq**: ADF Operations in the Middle East in 2003., Ministry of Defense, 2004. Disponível em: <<http://www.defence.gov.au/publications/lessons.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BANCO MUNDIAL. **Report on the International Comparison Programme prepared by the World Bank.** 5-8 mar. 2002. Disponível em: <http://siteresources.worldbank.org/ICPINT/Resources/UNSC33_ICP_2002.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **GDP per capita, PPP (current international \$).** Washington, D.C.: World Bank Group, 2014. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.PP.CD?page=2>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BENSAHEL, Nora et al. **After Saddam:** Prewar Planning and the Occupation of Iraq. Santa Monica, Arlington and Pittsburgh: RAND, 2008.

BERMEO, Nancy. What the Democratization Literature Says - Or Doesn't Say - About Postwar Democratization. **Global Governance**, v. 9, n. 2, p. 159-177, abril-junho 2003.

BLIX, Hans. **Briefing of the Security Council.** 14 fev. 2003a. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/printinfocusnews.asp?nid=382>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Notes for briefing the Security Council on UNMOVIC's.** 22 abr. 2003b. Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/unmovic/recent%20items.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BORGER, Julian. There were no weapons of mass destruction in Iraq. **The Guardian**, Washington, D.C., 7 out. 2004. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2004/oct/07/usa.iraq1>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

BROWN, Seyom; SCALES, Robert H. The Emergent Debate: Introduction to Part 1. In: BROWN, Seyom; SCALES, Robert H. (Org.). **US Policy in Afghanistan and Iraq: Lessons and Legacies.** Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 2012. p. 7-16.

BRZEZINSKI, Zbigniew. From Hope to Audacity: Appraising Obama's Foreign Policy, **Foreign Affairs**, v. 89, n. 1, p. 16-30, jan-fev. 2010.

BUENO DE MESQUITA, Bruce; DOWN, George W. **Intervention and Democracy.** International Organization, Vol. 60, no. 3, Summer 2006, p. 627-649.

BUSH, George. **State of the Union Address.** 29 jan. 1991.

BUSH, George W. Address to the Nation. 7 out. 2001. Disponível em: <

<http://www.nytimes.com/2001/10/08/us/a-nation-challenged-bush-s-remarks-on-us-military-strikes-in-afghanistan.html>>. Acesso em 30 jun. 2014.

_____. **Speech to the United Nations General Assembly**. 12 set. 2002. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2002/sep/12/iraq.usa3>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Remarks by the President in Address to the Nation**. 17 mar. 2003. Disponível em: <<http://georgewbush-whitehouse.archives.gov/news/releases/2003/03/20030317-7.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **State of the Union Address**. 20 jan. 2004. Disponível em: <<http://whitehouse.georgewbush.org/news/2004/012004-SOTU.asp>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Address to the Nation on Iraq and the War on Terror**. 18 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PPP-2005-book2/pdf/PPP-2005-book2-doc-pg1872.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **State of the Union Address**. 31 jan. 2006. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/01/31/AR2006013101468.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CALDWELL, Dan. Military Strategy in Afghanistan and Iraq. In: BROWN, Seyom; SCALES, Robert H. (Org.). **US Policy in Afghanistan and Iraq: Lessons and Legacies**. Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 2012. p. 57-88.

CAMERON, Fraser. **US Foreign Policy after Cold War: Global Hegemon or Reluctant Sheriff?**. London and New York: Routledge, 2002.

CAROTHERS, Thomas. Barack Obama. In: COX, Michael; LYNCH, Timothy J.; BOUCHET, Nicolas (Org.). **US Foreign Policy and Democracy Promotion: From Theodore Roosevelt to Barack Obama**. Londres: Routledge, 2013. p. 196-213.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de. Exportação de Democracia na Política Externa Norte-Americana no Pós-Guerra Fria: Doutrinas e o Uso da Força. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 53, nº 1, 2010, p. 157–191.

CASTRO SANTOS, Maria Helena de.; TEIXEIRA, Ulysses Tavares. The Essential Role of Democracy in the Bush Doctrine: the Invasions of Iraq and Afghanistan. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Ano 56, nº 2, 2013, p. 131–156.

_____. **Intervention and Regime Change in Bush's and Obama's Foreign Policies: Afghanistan, Iraq, and Libya.** San Francisco: ISA Annual Convention 2013 Paper Archive, 2013.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. **The World Factbook: Iraq.** Washington, D.C., 2014. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/iz.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Iraq Economic Growth.** Washington, D.C., 2014. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/reports/general-reports-1/iraq_wmd_2004/images/ch2_anxD_img01.jpg/image.jpg>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CHANDRASEKARAN, Rajiv. Iraqi Council Postpones Selection of a Leader. **Washington Post**, 15 jul. 2003.

CHULOV, Martin. Iraqi elections hit with claims of fraud by opposing parties. **The Guardian**, 15 mar. 2010. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/8461275.stm>>. Acesso em: 28 mai. 2014.

_____. Iran sends troops into Iraq to aid fight against Isis militants. **The Guardian**, Bagdá, 14 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2014/jun/14/iran-iraq-isis-fight-militants-nouri-maliki>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CIVILIAN death. **Fox News**, 2 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.foxnews.com/politics/2014/01/02/civilian-death-toll-in-iraq-highest-in-years-fueling-concern-about-al-qaeda/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CLINTON, Bill. **Remarks by the President on Foreign Policy.** 26 fev. 1999. Disponível em: <<http://www.thenation.com/article/clinton-doctrine#>>. Acesso em 30 jun. 2014

COMITÊ INTERNACIONAL DA CRUZ VERMELHA. **As Convenções de Genebra de 1949 e seus Protocolos Adicionais.** [S.I.]: 2014. Disponível em: <<http://www.icrc.org/por/war-and-law/treaties-customary-law/geneva-conventions/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CONSELHO DE SEGURANÇA DAS NAÇÕES UNIDAS (CSNU). **Security Council resolution 661 on the situation between Iraq and Kuwait.** 6 ago. 1990. Disponível em: <<http://fas.org/news/un/iraq/sres/sres0661.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CORDESMAN, Anthony H. **The New Bush Strategy in Iraq: Is a Victory Still Possible?** Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 16 jan. 2007. Disponível em: <http://csis.org/files/media/csis/pubs/070116_cordesman_bush_plan.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CORDESMAN, Anthony H.; KHAZAI, Sam. **Iraq After US Withdrawal: US Policy and the Iraqi Search for Security and Stability.** Washington, D.C.: Center for Strategic and International Studies, 3 jul. 2012. Disponível em: <http://csis.org/files/publication/120702_Iraq_After_US_Withdrawal.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

CUTLER, David. Timeline: Invasion, surge, withdrawal; U.S. forces in Iraq. **Reuters**, 18 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/12/18/us-iraq-usa-pullout-idUSTRE7BH08E20111218>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

DAHL, Robert. **Poliarquia.** São Paulo: EDUSP, 1996.

DESCH, Michael C. The More Things Change, the More They Stay the Same: The Liberal Tradition and Obama's Counterterrorism Policy, **Political Science and Politics**, v. 43, n. 3, p. 425-429, jul. 2010.

DOBBINS, James. Nation-Building: the Inescapable Responsibility of the World's Only Superpower, **RAND Review**, Washington, D.C, v. 27, n. 2, verão 2003.

DOBBINS, James et al. **America's Role in Nation-Building: From Germany to Iraq.** Washington, D.C: RAND, 2003.

_____. **Occupying Iraq: A History of the Coalition Provisional Authority.** Santa Monica, Arlington and Pittsburgh: RAND, 2009. Disponível em: <http://www.rand.org/content/dam/rand/pubs/monographs/2009/RAND_MG847.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

DOWNES, Alexander. Catastrophic Success: Foreign Imposed Regime Change and Civil War. In: Annual meeting of the Theory vs. Policy? Connecting Scholars and Practitioners, 2010, New Orleans.

DOWNES, Alexander B.; MONTEN, Jonathan. **Forced to be Free? Why Foreign-Imposed Regime Change Rarely leads to Democratization?** International Security, 2013, vol. 37, no. 4, p. 90 - 131.

EASTERLY, William et al. **Superpower Interventions and their Consequences for Democracy: An Empirical Inquiry**. NBER Working Paper, n. 13992, mai. 2008.

ECO, Umberto. **Como Se Faz Uma Tese**. 22 ed. São Paulo: Perspectiva, 2009.

ECONOMIST INTELLIGENCE UNIT. **Iraq**. 2014. Disponível em: <<http://country.eiu.com/iraq>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

EISENSTADT, Michael. Iraq after the Surge. In BARAM, Amarzia; ROHDE, Achim; ZEIDEL, Ronen (Org.). **Iraq Between Occupations: Perspectives from 1920 to the Present**. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. p. 211-224.

ELEMENTS of. **BBC**, 2 fev. 2007. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/6324767.stm>. Acesso em: 21 jun. 2014.

ENTERLINE, Andrew J.; GREIG, J. Michael. **Against All Odds? The History of Imposed Democracy and the Future of Iraq and Afghanistan**. Foreign Policy Analysis, n. 4, 2008.

FAIRFIELD, Hannah; TSE, Archie. The 2010 Iraqi Parliamentary Elections. **The New York Times**, 26 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/interactive/2010/03/11/world/middleeast/20100311-iraq-election.html?ref=middleeast>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

FARER, Tom. Collectively Defending Democracy in the Western Hemisphere, Introduction and Overview. In: FARER, Tom (ed.). **Beyond Sovereignty: Collectively Defending Democracy in the Americas**. Baltimore and London: The Johns Hopkins University Press, 1996.

FREEDOM HOUSE. **Iraq**. 2002. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2002/iraq#.U5RO25RdW2s>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Iraq**. 2007. Disponível em: <http://www.freedomhouse.org/report/freedom-world/2007/iraq#.U5e_IZRdW2s>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Iraq**. 2013. Disponível em: <<http://www.freedomhouse.org/country/iraq#.U6bdNo1dWWw>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

FUKUYAMA, Francis. The End of History? **The National Interest**, p. 4, verão 1989.

GUIDE to. **BBC**, 13 fev. 2005. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4522060.stm>. Acesso em: 21 jun. 2014.

HARDY, Roger. Iraq conflict thwarts PM Jaafari. **BBC**, 21 abr. 2006. Disponível em: <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/4932692.stm>. Acesso em: 21 jun. 2014.

HARTZ, Louis. **The Liberal Tradition in America**. New York: Harcourt, Brace, and World, 1955.

HERMANN, Margaret G.; KEGLEY, Charles W. The U.S. Use of Military Intervention To Promote Democracy: Evaluating the Record, **International Interactions: Empirical and Theoretical Research in International Relations**, v. 24, n. 2, p. 91-114, 1998.

HOFFMAN, Bruce. **Insurgency and Counterinsurgency in Iraq**. Santa Monica, Arlington and Pittsburgh: RAND, 2004.

HOLMES, Michael. Inside Iraq: Two years after U.S. withdrawal, are things worse than ever?. **CNN**, Bagdá, 15 jan. 2014. Disponível em: <<http://edition.cnn.com/2014/01/13/world/meast/iraq-anbar-violence-holmes/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

HUMAN RIGHTS WATCH. **A Face and a Name: Civilian Victims of Insurgent Groups in Iraq**. 2005. Disponível em: <<http://www.hrw.org/reports/2005/10/02/face-and-name>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

HUNTINGTON, Samuel. **The Third Wave**. Norman/London: University of Oklahoma Press, 1991.

_____. The Clash of Civilizations?, **Foreign Affairs**, v. 72, n. 3, verão 1993. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/issues/1993/72/3>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

IGNATIUS, David. In Iraq's Choice, A Chance For Unity. **The Washington Post**, 26 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/content/article/2006/04/25/AR2006042501650.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

INDYK, Martin; LIEBERTHAL, Kenneth; O'HANLON, Michael E. Scoring Obama's Foreign Policy: A Progressive Pragmatist Tries to Bend History, **Foreign Affairs**, mai-jun. 2013. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/137516/martin-indyk-kenneth-lieberthal-and-michael-e-ohanlon/scoring-obamas-foreign-policy>>.

Acesso em: 21 jun. 2014.

IRAQ war. **BBC**, 14 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-11107739>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

IRAQI election. **BBC**, 13 fev. 2005. Disponível em <http://news.bbc.co.uk/2/hi/middle_east/3971635.stm >. Acesso em: 21 jun. 2014.

JERVIS, Robert. Understanding the Bush Doctrine, **Political Science Quarterly**, v. 118, n. 3, p. 365-388, outono 2003.

JOHNSON, Janet B.; REYNOLDS, H. T. **Political Science Research Methods**. Washington, DC: CQ Press, 2008.

KATZ, Mark N. **Leaving without Losing: The War on Terror after Iraq and Afghanistan**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, March 2012.

KATZMAN, Kenneth. **Iraq: Elections, Government, and Constitution**. Congressional Research Service, 20 nov. 2006. Disponível em: <<http://fpc.state.gov/documents/organization/76838.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Iraq: Post-Saddam Governance and Security**. Congressional Research Service, 28 out. 2009. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL31339.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. **Iraq: Politics, Governance, and Human Rights**. Congressional Research Service, jun. 2014. Disponível em: < <http://fas.org/sgp/crs/mideast/RS21968.pdf> >. Acesso em: 21 jun. 2014.

KILLINGS in. **The New York Times**, Bagdá, 1 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2014/06/02/world/middleeast/killings-in-iraq-reach-a-record-high.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

KINSLEY, Susan. **Whatever Happened To The Iraqi Kurds?**, Human Rights Watch, mar. 1991. Disponível em: <<http://www.hrw.org/legacy/reports/1991/IRAQ913.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

LITWAK, Robert. US Strategy Toward “Rogue States”. In: BROWN, Seyom; SCALES, Robert H. (Org.). **US Policy in Afghanistan and Iraq: Lessons and Legacies**. Boulder e Londres: Lynne Rienner Publishers, 2012. p. 17-30.

LYNCH, Timothy J. George W. Bush. In: COX, Michael; LYNCH, Timothy J.; BOUCHET, Nicolas (Org.). **US Foreign Policy and Democracy Promotion: From Theodore Roosevelt to Barack Obama**. Londres: Routledge, 2013. p. 178-195.

LOGAN, Joseph. Last U.S. troops leave Iraq, ending war. **Reuters**, Bagdá, 18 dez. 2011. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2011/12/18/us-iraq-withdrawal-idUSTRE7BH03320111218>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

MCFAUL, Michael. The Fourth Wave of Democracy and Dictatorship: Noncooperative Transitions in the Postcommunist World, **World Politics**, v. 54, n. 2, p. 212-244, jan. 2002.

MEARSHEIMER, John J.; WALT, Stephen M. **Can Saddam Be Contained? History Says Yes**. Belfer Center for Science and International Affairs, nov. 2002. Disponível em: <<http://www.hks.harvard.edu/fs/swalt/files/121982BelferSaddam.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

MISSÃO DE ASSISTÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O IRAQUE (UNAMI). **Civilian Casualties: 2008-2012. 2014.** Disponível em: <http://www.uniraq.org/images/documents/UNAMI_HRO_%20CIVCAS%202008-2012.pdf>. Acesso em: 21 jun. 2014.

NAKAMURA, David. Obama lays out new approach to foreign policy in second term. **Washington Post**, 28 mai. 2014. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/world/national-security/obama-wants-to-set-up-new-5-billion-counterterrorism-fund/2014/05/28/c5ee3362-e662-11e3-a86b-362fd5443d19_story.html>. Acesso em: 21 jun. 2014.

NATIONAL COMMISSION ON TERRORIST ATTACKS UPON THE UNITED STATES. **Commission Report**. 2004. Disponível em: < http://www.9-11commission.gov/report/911Report_Ch1.pdf> Acesso em: 21 jun. 2014.

NAZIR, Muntazra. Democracy, Islam and Insurgency in Iraq, **Pakistan Horizon**, v. 59, n. 3, p. 47-65, jul. 2006.

NICHOLS, Michelle. U.N. council brings Iraq closer to end of 1990s sanctions. **Reuters**, 27 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.reuters.com/article/2013/06/27/us-iraq-kuwait-un-idUSBRE95Q0Y320130627>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

OBAMA, Barack. **Remarks by the President at Cairo University**. 4 jun. 2009. Disponível em: <http://www.whitehouse.gov/the_press_office/Remarks-by-the-President-at-Cairo-University-6-04-09>. Acesso em: 21 jun. 2014.

O'DONNELL, Guillermo. Illusions About Consolidation. In: DIAMOND, Larry et al. **Consolidating the Third Wave of Democracies**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1997.

O'DONNELL, Guillermo; SCHIMITER, Phillipe. **Transições do Regime Autoritário: Primeiras Conclusões**. São Paulo: Vértice, 1987.

OPPEL JR.; Richard A.; O'NEIL, John. Attacks in Iraq Kill 120 as Post-Election Violence Escalates. **The New York Times**, 5 jan. 2006. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2006/01/05/international/middleeast/05cnd-iraq.html?hp&ex=1136523600&en=844492252c695a0c&ei=5094&partner=homepage&_r=0>. Acesso em: 21 jun. 2014.

OTTAVIANI, Jacopo. The Iraq War Never Ended. **Foreign Policy**, 10 fev. 2014. Disponível em: <http://www.foreignpolicy.com/articles/2014/02/10/iraq_body_count_map_war_dead>. Acesso em: 21 jun. 2014.

OVER 34,000. **United Nations News Centre**. 16 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=21241#.U5eoF5RdW2s>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

POWELL, Colin. **Colin Powell Speaks After Meeting With U.N. Secretary General Kofi Annan**. 7 mai. 2013. Disponível em: <http://transcripts.cnn.com/TRANSCRIPTS/0305/07/se.04.html>. Acesso em: 21 jun. 2014.

OXFORD ISLAMIC STUDIES. **Taliban**. [S.I.]: Oxford University Press, 2014. Disponível em: <http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t125/e2325?_hi=34&_pos=4>. Acesso em: 21 jun. 2014.

PACKENHAM, Robert A. (1973). **Liberal America and the Third World**. New Jersey: Princeton University Press.

PECENY, Mark. **Democracy at the Point of Bayonets**. University Park: Pennsylvania State University Press, 1999.

PEIC, Goran; REITER, Dan. **Foreign-Imposed Regime Change, State Power and Civil War Onset, 1920–2004**. *British Journal of Political Science*, Vol. 41, Issue 3, pp 453–475. Cambridge University Press, 2010.

PICKERING, Jeffrey; PECENY, Mark. **Forging Democracy at Gunpoint**. *International Studies Quarterly*, Vol. 50, No. 3, September 2006 , pp. 539-560

PIVEN, Ben. Iraq violence continues after US withdrawal. **Al Jazeera**, 8 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.aljazeera.com/indepth/inpictures/2012/03/201237933141115.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

POLITY IV PROJECT. **Authority trends, 1946-2013: Iraq**. [S.I.]: Center for Systemic Peace, 2013. Disponível em: <<http://www.systemicpeace.org/polity/irq2.htm>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

PROFILE: islamic. **BBC**, 16 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-middle-east-24179084>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

REA, Paul W. Peering Through the Smoke: The Truth about the Balkan War. **AlterNet**, 25 abr. 2000. Disponível em: <http://www.alternet.org/story/1374/peering_through_the_smoke%3A_the_truth_about_the_balkan_war>. Acesso em: 21 jun. 2014.

RICE, Condoleezza. **Speech at Townhall Meeting**, 31 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.hawaiireporter.com/rice-highlights-diplomacy-effort-to-change-the-world/123>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

RUSTOW, Dankwart. Transitions to Democracy: Toward a Dynamic Model, **Comparative Politics**, v. 2, n. 3, abr. 1970.

SARAIVA, José Flávio Sombra. Dois gigantes e um condomínio: da guerra fria à coexistência pacífica. In: SARAIVA, José Flávio Sombra (Org.). **História das Relações Internacionais Contemporâneas**: da sociedade internacional do século XIX à era da globalização. São Paulo: Saraiva, 2008. p. 197-230.

SASSOON, Joseph. Management of Iraq's Economy Pre and Post the 2003 War: An Assessment. In BARAM, Amarzia; ROHDE, Achim; ZEIDEL, Ronen (Org.). **Iraq Between Occupations**: Perspectives from 1920 to the Present. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2010. p. 189-210.

SCHMITTER, Philippe. The Influence of the International Context upon the Choice of National Institutions and Policies in Neo-Democracies. In: WHITEHEAD, Laurence (ed.). **The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

SCHUMPETER, Josef. **Capitalism, Socialism and Democracy**. New York: Harper & Row, 1943.

SKY, Emma. Iraq, From Surge to Sovereignty: Winding Down the War in Iraq, **Foreign Affairs**, v. 90, n. 2, mar-abr. 2011. Disponível em: <<http://www.foreignaffairs.com/articles/67481/emma-sky/iraq-from-surge-to-sovereignty>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SLY, Liz. Maliki's bloc leads in Iraq election. **The Washington Post**, Beirute, 19 mai. 2014. Disponível em: <http://www.washingtonpost.com/world/middle_east/malikis-bloc-leads-in-iraq-election/2014/05/19/f7e695cb-414b-4a63-879e-bd13df8ad8d7_story.html>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SPAGAT, Michael. Truth and death in Iraq under Sanctions, **Significance**, v. 3, n. 3, p.116-120, set. 2010.

STEELE, Jonathan. Iraqis flock to polls as insurgents urge Sunnis to vote. **The Guardian**, 16 dez. 2005. Disponível em: <<http://www.theguardian.com/world/2005/dec/16/iraq.jonathansteele>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

STEPHENSON, Carolyn. 2005. Nation Building. In: BURGESS, Guy; BURGESS, Heidi (ed.). **Beyond Intractability**. Conflict Research Consortium, Boulder: University of Colorado, jun. 2005. Disponível em: <<http://www.beyondintractability.org/essay/nation-building>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

SYED, Nafees Asiya. The 3Ds of Foreign Affairs. **Harvard Political Review**. Set. 2010. Disponível em <<http://harvardpolitics.com/arusa/the-3ds-of-foreign-affairs/>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

TEIXEIRA, Ulysses Tavares. **Tradição liberal e exportação da Democracia na Era Bush**. UnB: 2010.

TOP UN. **United Nations News Centre**, 19 aug. 2003. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=8023#.U5dEo5RdW2s>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

TORREON, Barbara S. **U.S. Periods of War and Dates of Current Conflicts**. Congressional Research Service, dez. 2012. Disponível em: <<http://www.fas.org/sgp/crs/natsec/RS21405.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

TRIPP, Charles. **A History of Iraq**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TUNÇ, Hakan. **Preemption in the Bush Doctrine: A Reappraisal**. Foreign Policy Analysis, v. 5, p. 1-16, jan. 2009.

UNITED STATES OF AMERICA. US Department of State. **National Security Strategy**. 2002. Disponível em: <<http://www.state.gov/documents/organization/63562.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

_____. US Department of Defense. **Casualty**. 2014. Disponível em: <<http://www.defense.gov/news/casualty.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

WATSON INSTITUTE FOR INTERNATIONAL STUDIES. **Costs of War**. Providente: The Watson Institute, 2013. Disponível em: <<http://costsofwar.org/article/economic-cost-summary>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

WHITEHEAD, Laurence (ed.). **The International Dimensions of Democratization: Europe and the Americas**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WHITEHEAD, Laurence. Freezing the Flow: Theorizing about Democratization in a World in Flux, **Taiwan Journal of Democracy**, v. 1, n. 1, p. 1-20, 2005.

WILLARD, Melissa. **Making Friends out of Foes: The Logic of Foreign-Imposed Regime Change**. Los Angeles: UMI, 2011. 247 p.

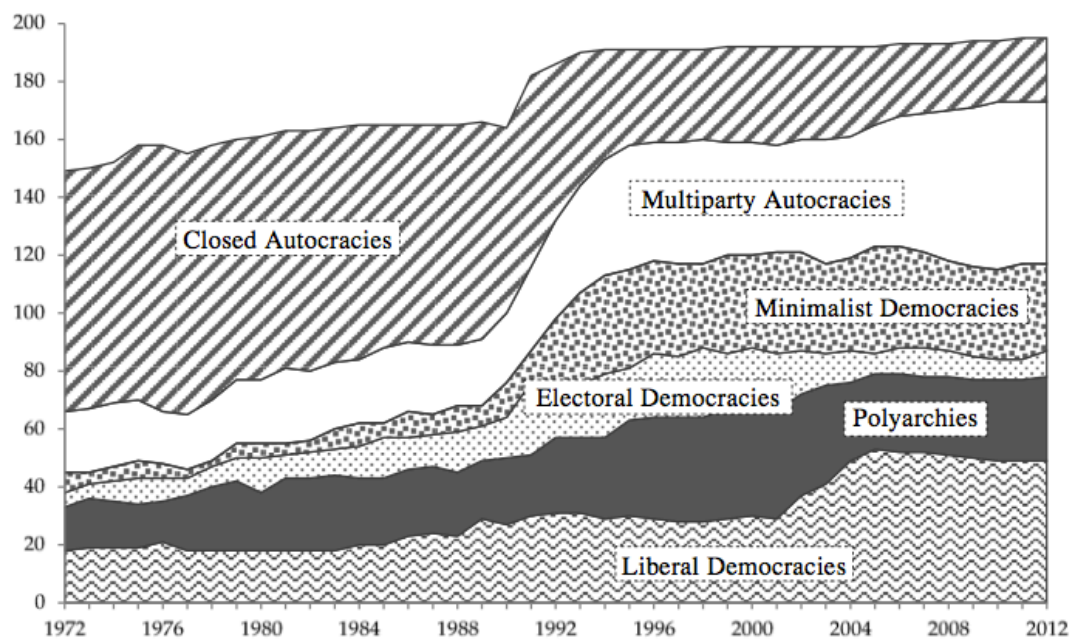
WONG, Edward. Shiites Say U.S. Is Pressuring Iraqi Leader to Step Aside. **The New York Times**, 28 mar. 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/03/28/international/middleeast/28cnd-iraq.html?ei=5070&en=dc0a7a19a623a0f7&ex=1166245200&pagewanted=all>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

WORTH, Robert F. Muslim Clerics Call for an End to Iraqi Rioting. **The New York Times**, 25 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2006/02/25/international/middleeast/25iraq.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

WRIGHT, Robin. Iraq Winners Allied With Iran Are the Opposite of U.S. Vision. **Washington Post**, 14 fev. 2005. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A21679-2005Feb13.html>>. Acesso em: 21 jun. 2014.

YIN, Robert K. **Case Study Research: Design and Methods**. 3rd Ed. SAGE Publications, 2003.

ANEXO 1 – DISTRIBUIÇÃO GLOBAL DE REGIMES POLÍTICOS (1972-2012)



Fonte: MØLLER; SKAANING, 2013.

ANEXO 2 – MAPA POLÍTICO DO IRAQUE



Fonte: CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY, 2014.